



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
- 2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 3 - RELATÓRIO
- 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

- O Sr. Presidente despachou, em 27/12/2012, a seguinte comunicação:
Do Deputado Délio Malheiros notificando sua renúncia ao mandato a partir de 1º de janeiro de 2013 para assumir o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte. (- Ciente. Publique-se.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/12/2012

O Deputado João Leite – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião, estamos praticamente ao final desta sessão legislativa, e, neste momento, gostaria de saudar o Diretor Eduardo Moreira e o Lúcio, presentes no Plenário, o que nos dá grande alegria, aproveitando para agradecer, por toda a estrutura que a Casa nos oferece, aos nossos Diretores, ao Diretor-Geral, ao José Geraldo Prado, Secretário-Geral da Mesa da Assembleia; à assessoria da Mesa, na pessoa da Bia, e a todos os que contribuem tanto para o trabalho parlamentar.

Gostaria também de falar um pouco do trabalho que temos realizado na Assembleia Legislativa, particularmente na Comissão de Segurança Pública, muito apoiado pelos membros dessa Comissão: o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está presente; a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Sargento Rodrigues e Zé Maia. Quero agradecer o grande apoio que recebemos da Secretaria-Geral da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, chamando atenção especial para duas questões muito importantes em que a Comissão de Segurança Pública vem trabalhando.

Antes, porém, vejo um valor mais alto se elevando neste Plenário, com o meu líder, Deputado Sebastião Costa, próximo ao microfone. Se meu líder deseja falar, concedo-lhe aparte neste momento e retomo minha fala posteriormente, porque não consigo falar vendo o Deputado Sebastião Costa com a necessidade de se manifestar. A palavra está com V. Exa., líder Sebastião Costa, que certamente fará uso dela para trazer brilhantismo à minha manifestação nesta tarde.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) – Quero agradecer ao Deputado João Leite a sua generosidade, dizendo que a nossa liderança natural é o Deputado João Leite; estou apenas me agregando à fala de V. Exa.

Mas aproveito a oportunidade, Deputado João Leite, para chamar atenção para o momento institucional que vivemos. Independentemente do destino dos recursos de “royalties” para este ou aquele Estado ou Município, causou-me estranheza e até decepção a decisão do Ministro Fux, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a reunião do Congresso Nacional e determinar que a votação dos vetos se dê pela ordem sequencial de entrada. Lembro que há mais de 3 mil vetos anteriores aos dos “royalties”.

Tudo bem que ele dissesse que não queria a realização dessa sessão por haver algum vício de convocação ou coisa que o valha, mas estabelecer cronologia é fazer intrometer-se um Poder no outro, o que não fica bom nem para quem faz nem para quem é o sujeito passivo da relação. Assim, queria alertar a Assembleia Legislativa para essa questão, sem me apegar a nada de revanchismo ou lutas institucionais, mas apenas para frisar que o excesso de poder nas mãos de poucos também pode ocasionar distorções. Então, o que me preocupa é essa atitude, independentemente do resultado. Se o dinheiro dos “royalties” vai para Minas, para o Espírito Santo, para o Rio de Janeiro ou para o Brasil, é uma discussão seguinte; neste momento, o que me causou estranheza foi a interpretação e a determinação do Ministro. Não vejo problema em suspender a reunião – pode ter havido algum motivo, como uma convocação indevida ou imprópria ou um equívoco de edital. Mas, ao escalar o que se vota primeiro, ele excedeu os limites das suas atribuições. Por mais respeito que nos mereça o Ministro, por seu histórico e por seus conhecimentos jurídicos, talvez tivesse sido mais prudente, sendo ele carioca, ou seja, de um dos Estados que se julga prejudicado, ter-se dado por impedido. Fazendo isso, talvez tivesse agido



com mais habilidade, inteligência e equilíbrio. Faltou naquele momento uma dose de mineiridade na decisão. Era essa a preocupação que queria tornar pública, aproveitando a oportunidade da fala de V. Exa. Obrigado.

O Deputado João Leite - Deputado Sebastião Costa, eu sabia que estávamos prestes a ouvir uma aula, e V. Exa. traz, sem dúvida nenhuma, uma reflexão importante. Há algo mais democrático do que o parlamento para decidir as questões? Ou um ajuntamento de sete, de cinco ou o conselho de um resolve melhor do que a representação do povo brasileiro? É lamentável. Nós nos aproximamos, Deputado Sebastião Costa, de um momento ímpar da nossa história, em que teremos oportunidade de conhecer os verdadeiros democratas, de conhecer aqueles que efetivamente acompanham a Constituição, a justiça e, de alguma forma, acompanham a legitimidade, o apoio ao Estado de Minas Gerais.

É um momento rico que vamos viver. Já estamos assistindo à manifestação daqueles que são contra Minas Gerais, que são contra os Estados que fazem parte de uma federação, mas estão excluídos, por várias razões. E, para mim, a primeira razão é a questão imperialista do governo federal que está aí, este governo que arrecada tudo para si.

Agora o Congresso votará a questão da energia elétrica, mas o governo federal não abre mão do PIS e do Cofins, tributos arrecadados apenas pelo governo federal e que não são divididos com Estados e Municípios. Então, a primeira coisa que vemos é esse traço imperialista do governo federal, deste governo que está aí. Depois assistimos a essa tentativa, numa federação esfacelada, de o Rio de Janeiro e outros Estados permanecerem com algo que eles acham que pertence a eles, e não, aos brasileiros. Com uma postura muito antiquada, provinciana, eles querem ficar com isso. Outro dia alguém escreveu muito bem: “E se não fossem os minérios de Minas Gerais? Como sobreviveria a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, a CSN, se Minas Gerais não cedesse o minério? Como ficariam os portos se o nosso Noroeste não levasse os grãos?”

Estamos hoje lamentavelmente vendo a Federação ser destruída por conta dessa visão imperialista e também por essa visão muito antiquada, provinciana de alguns Estados.

Sr. Presidente, como iniciei, quero aqui continuar a falar sobre a Comissão de Segurança Pública. Realizamos algumas coisas que considero importantes. Primeiro, temos tentado levar não apenas para Minas Gerais, mas para o País a necessidade de haver uma integração das nossas forças de defesa social, de segurança pública, para termos um enfrentamento vigoroso do crime, que cresce muito. É interessante porque aqueles que querem de alguma forma diminuir o discurso que fazemos dizem que não há crime do outro lado da divisa. Mas o crime está efetivamente do outro lado da divisa - é o crime do tráfico de drogas que está do outro lado da divisa e do outro lado da fronteira; é o crime do contrabando de explosivos que está do outro lado da divisa e do outro lado da fronteira; é o crime do contrabando de armas que também está do outro lado da fronteira. Então, conseguimos criar, no Brasil, nesse momento, um Fórum Nacional das Comissões de Segurança Pública, e eu fui escolhido, pelos membros das Comissões de Segurança Pública das Assembleias brasileiras, Presidente desse Fórum. Já houve uma reunião em Minas Gerais e outra no Amazonas. E é interessante, Líder Romão, a situação da Amazônia, com 11.000km de fronteira com Peru, Colômbia e Venezuela e 700 homens para tomar conta desses 11.000km.

É a festa. Há entrada de armas e drogas. Esteve conosco e as Comissões de Segurança Pública do Brasil o Comandante do Exército na Amazônia, mostrando a peneira que é a fronteira amazônica e a entrada de armas e drogas no nosso país. No dia 15 de fevereiro, justamente por causa da tríplice fronteira, teremos, em Foz do Iguaçu, a próxima reunião do nosso fórum. Contaremos com a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dos membros da Comissão de Segurança Pública da Assembleia e de todas as Comissões de Segurança Pública do País. Veremos a experiência do Paraná, que cansou de esperar pela Polícia Federal e constituiu um Batalhão de Fronteira. Hoje a Polícia Militar do Paraná faz guarda na fronteira, tentando impedir a entrada de drogas, armas e explosivos no território daquele Estado. Mais de 70% dos presos do sistema penitenciário do Paraná cometeram crimes relacionados a tráfico de drogas e contrabando de armas.

Quero também falar de um outro trabalho da Comissão de Segurança Pública relacionado à violência no trânsito, que vem trazendo um grande prejuízo. A conta do Observatório de Trânsito de Goiás diz que uma pessoa morta em um acidente de trânsito custa R\$150.000,00 para o Estado; alguém ferido custa R\$30.000,00; e a pessoa que não se feriu no acidente custa R\$5.000,00 para o Estado. Então o gasto é astronômico. Dos 10 leitos do Hospital João XXIII, de Belo Horizonte, 6 estão ocupados por pessoas acidentadas no trânsito. No ciclo de debates “Siga vivo - pelo fim da violência no trânsito” e na nossa viagem pelo Estado de Minas Gerais, chamou-nos a atenção a região de Montes Claros, que teve 770% de aumento de acidentes com moto. Isso é algo impressionante. O gasto que o Estado brasileiro - governos federal, estaduais e municipais - tem com acidentes de trânsito é algo inaceitável. Pelo gasto sim, mas especialmente pelas vidas, por aqueles que perdem a vida nas nossas estradas e cidades, e por aqueles que permanecem em uma cadeira de rodas, tetraplégicos, paraplégicos. O gasto é muito grande. Vemos a perda da vida nas nossas ruas e cidades. O exemplo mais chocante está aqui: o Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Temos 26km no anel rodoviário, e o número de acidentes nesse local ultrapassa o de toda a malha rodoviária do Estado de Minas Gerais. Temos o maior número de atropelamentos no anel rodoviário, sendo que a sua maioria ocorre debaixo das passarelas. Foi solicitado ao DNIT e ao governo federal que realizassem obras de segurança no anel rodoviário. Uma importante seria relacionada a essas barreiras debaixo das passarelas, a fim de impedir que as pessoas atravessem nesse local. Já faz seis anos que isso foi solicitado, mas até hoje não temos nenhuma barreira. As pessoas continuam morrendo atropeladas no anel rodoviário. Foi solicitada pelos caminhoneiros, em várias reuniões na Assembleia Legislativa, a construção de uma rampa de escape na descida do Olhos D'Água para o Betânia. Há anos e anos, solicitamos a rampa de escape, mas até hoje nada. Novamente iniciaremos, Líder Romão e Leonardo Moreira, um período de férias e um aumento muito grande de veículos e carretas no anel rodoviário, sem nenhuma obra de segurança feita pelo governo federal. Tomamos uma decisão: eu e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, hoje à tarde, iremos ao Ministério Público Federal para solicitar-lhe que ajuíze uma ação civil contra a União, contra o governo federal, responsabilizando-o pelos acidentes que, infelizmente, ocorrerão durante esse período de férias.



E esperamos que não aconteça nenhum. Concluirei, Sr. Presidente. Não me sinto à vontade, nem o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de ir para casa, para o nosso recesso, para o nosso lar, vendo o Anel Rodoviário sem nenhuma obra de segurança para a população que o utilizará.

Então hoje estaremos com os líderes dos caminhoneiros no Ministério Público Federal para que este solicite à Justiça que responsabilize o governo federal pelos acidentes que acontecerão, pelos danos materiais e à vida. Chega de irresponsabilidade no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duarte Bechir – Caro Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, Deputadas e Deputados e nossa gente querida de toda a Minas Gerais, boa tarde.

O Deputado João Leite terminou suas palavras, nesta tarde de hoje, falando sobre a necessidade de impetrar uma ação para que os possíveis danos e as ocorrências registradas pela omissão do governo federal no anel venham a ter um dono, ou seja, um responsável. Deputado João Leite, inicio minha fala no mesmo encaminhamento em que V. Exa. finaliza a sua. Aliás, inicio-a com a leitura do requerimento protocolado hoje, nesta Casa, de nossa autoria: “Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro. O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, sejam solicitadas providências junto ao Ministério Público Federal com vistas à apuração de denúncia veiculada pelo 'blog' do jornalista Reinaldo Azevedo, cujo conteúdo segue em anexo, que retrata a aquisição feita pela Petrobras, da Refinaria Pasadena Refining System Inc., instalada nos EUA, em condições absolutamente desvantajosas para a empresa brasileira, implicando em prejuízo superior a US\$1.000.000.000,00”. Prejuízos superiores a US\$1.000.000.000,00. Esse é o requerimento de nossa autoria que já está devidamente protocolado nesta Casa. Espero que sejam tomadas as providências cabíveis. A respeito desse assunto, quero, portanto, encaminhar a nossa fala na tarde de hoje.

Senhoras e senhores, estamos todos assistindo, perplexos, aos desdobramentos do veto da Presidente Dilma à distribuição dos “royalties” do petróleo, que, entre outras consequências, retiram mais de R\$600.000.000,00 de Minas Gerais. Sem falar no veto aos “royalties” do minério, pelo qual, novamente, a Presidente Dilma retirou mais de R\$300.000.000,00 dos mineiros.

Observe então meu caro Presidente Dinis Pinheiro e Deputados e Deputadas, que, em apenas duas canetadas, a Presidente Dilma retira dos mineiros quase R\$1.000.000.000,00.

No entanto não foi esse mesmo tratamento madraço que a Presidente Dilma destinou a uma empresa belga, numa negociação nebulosa que passaremos a relatar agora, envolvendo a Petrobras, que, sem nenhum escrúpulo ou cautela, entregou a uma empresa estrangeira US\$1.000.000.000,00, sem nenhuma justificativa plausível.

Vamos aos fatos, senhoras e senhores, registrados no “blog” do jornalista Reinaldo Azevedo, em publicação do último dia 15, cujo título é: “Escândalo bilionário na Petrobras”.

(- Lê:) “Desde que Sérgio Gabrielli deixou a empresa, os esqueletos não param de pular do armário. Dilma - é verdade - nunca gostou dele, desde quando era Ministra. A questão pessoal importa menos. Depois de ler o que segue, é preciso responder a outra coisa: o que ela pretende fazer com as lambanças perpetradas na Petrobras na gestão Gabrielli? Uma delas, apenas uma, abriu um rombo na empresa que passa de US\$1.000.000.000,00.”

Conto os passos da impressionante reportagem de Malu Gaspar, na “Veja” desta semana. Prestem atenção!

“1 - Em janeiro de 2005, a empresa belga Astra Oil comprou uma refinaria americana chamada Pasadena Refining System Inc. por irrisórios US\$ 42.500.000,00. Por que tão barata? Porque era considerada ultrapassada e pequena para os padrões americanos.

2 – Atenção para a mágica. No ano seguinte, os belgas encontraram pela frente” - Deputado Antônio Carlos Arantes, que também é da nossa região - “a generosidade brasileira e venderam 50% das ações para a Petrobras. Sabem por quanto?” Duas vezes mais? A metade de quarenta e dois é vinte e um. Quarenta e dois? Não. Três vezes mais? Vinte e um vezes três totaliza sessenta e três. Não. Vezes quatro, vezes cinco, vezes seis? Não. A metade do que os belgas compraram por US\$42.000.000,00, que é US\$21.000.000,00, foi vendida para a nossa Petrobras, nossa, do povo brasileiro, por US\$360.000.000,00. “Por US\$360.000.000,00!” - um lucro de mais ou menos 1.500%. “Vocês entenderam direitinho: aquilo que os belgas haviam comprado por US\$21.000.000,00, a metade da refinaria velha, foi repassado aos 'brasileiros bonzinhos' por US\$360.000.000,00. São 1.500% de valorização, em um ano.” São 1.500% de ágio, de lucro em cima do que os belgas haviam comprado. Mas encontraram pela frente a Petrobras, uma empresa pública, do povo brasileiro. Temos de encontrar os culpados por isso. Vamos mais adiante com o número 3.

“3 - Um dado importante: o homem dos belgas que negociou com a Petrobras é Alberto Feilhaber, um brasileiro. Mais do que isso: ele havia sido funcionário da Petrobras por 20 anos e se transferiu para o escritório da Astra nos Estados Unidos. Quem preparou o papelório para o negócio foi Nestor Cerveró, à frente da área internacional da Petrobras. Fica evidente o objetivo de privilegiar os belgas em detrimento dos interesses brasileiros. Cerveró” – que ajudou toda essa trama, e faço aos senhores e às senhoras três perguntas: ele deve estar preso, respondendo a processo ou ganhou mais um cargo comissionado do governo federal? Quem pensa que ele está respondendo a processo ou estaria preso errou. Ele está no governo federal - “é agora Diretor financeiro da BR Distribuidora.” Se os senhores acham que o que aconteceu até agora já dá cadeia, isso é porque ainda não sabem do resto.

“4 - A Pasadena Refining System Inc., cuja metade a Petrobras comprou dos belgas a preço de ouro – vejam, senhores -, não tinha capacidade para refinar o petróleo brasileiro, considerado pesado. Para tanto, seria preciso um investimento de mais US\$1.500.000.000,00. Belgas e brasileiros dividiriam a conta, a menos que...

5 - ...a menos que se desentendessem! Nesse caso, a Petrobras se comprometia a comprar a metade dos belgas - aos quais havia prometido uma remuneração de 6,9% ao ano, mesmo em um cenário de prejuízo!!!” A Petrobras disse, se der errado, compramos a outra metade e garantimos uma remuneração de 6,9% ao ano, mesmo dando prejuízo. É bom demais para ser verdade.

“6 - E não é que o desentendimento aconteceu??? Sem acordos, os belgas decidiram executar o contrato e pediram pela sua parte, prestem atenção, outros US\$700.000.000,00. Isso foi em 2008. Lembrem-se que a estroenga inteira lhes havia custado apenas US\$41.000.000,00! Já haviam passado a metade do mico adiante, para a Petrobras, por US\$360.000.000,00 e pediam mais

US\$700.000.000,00 pela outra parte. Não é todo dia que aparecem ou otários ou malandros, certo?” - Não é todo dia que aparecem otários ou malandros.

“7 - É aí que entra a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que, na época, era a Presidente do Conselho de Administração da Petrobras.” A atual Presidente Dilma era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras. E pasmem, senhoras e senhores, “A Presidente Dilma nunca tocou no assunto”. Como Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, a atual Presidente nunca tocou no assunto. Aliás, por falar que a Presidente nunca tocou nesse assunto, recentemente, quando a Rosemary foi pega em São Paulo, diziam que tudo que fazia era por sua conta e que o ex-Presidente Lula também não sabia de nada. O ex-Presidente, quando ficou sabendo do caso do mensalão, também disse: “Eu não sabia. Se os Deputados estavam envolvidos nessa situação, eu também não sabia.” E mais essa, assunto em que a Presidente nunca tocou.

“8 - A Petrobras se negou a pagar, e os belgas foram à Justiça americana, que leva a sério a máxima do 'pacta sunt servanda'. Execute-se o contrato. A Petrobras teve de pagar, sim, em junho deste ano, não mais US\$700.000.000,00” - pela banda podre a outra parte -, “mas US\$839.000.000,00!!!”, por uma refinaria que não funciona.

“9 - A Petrobras, então, decidiu se livrar de uma refinaria velha” - que não funciona -, “que, ademais, não serve para processar o petróleo brasileiro.” Então, ela agora disse: “O que farei com essa estroenga, pois isso não funciona? Vou publicar que nós, brasileiros, vamos vender a refinaria que compramos por mais de US\$1.000.000,00”. Colocou-a à venda e recebeu uma proposta de US\$180.000.000,00 pela refinaria pela qual pagou US\$1.200.000.000,00. Ela recebeu US\$180.000.000,00 de oferta. É de doer o coração. É de perguntar ao povo brasileiro: “Essa notícia chegou ao senhor? Os jornais a publicaram? Deram-lhe a ênfase merecida?” Esse Severo deveria ser uma pessoa cega. Hoje, ele ocupa cargo de destaque na Petrobras.

“10 - Isto mesmo: a Petrobras comprou metade da Pasadena em 2006 por US\$365.000.000,00; foi obrigada pela Justiça a ficar com a outra metade por US\$839.000.000,00 e, agora, se quiser se livrar do prejuízo operacional continuado, terá de se contentar com US\$180.000.000,00. Trata-se de um dos milagres da gestão Gabrielli: como transformar US\$1.199.000.000,00 em US\$180.000.000,00; como reduzir um investimento à sua (quase) sétima parte.

11 - Diz o Procurador do TCU Marinus Marsico: 'Tudo indica que a Petrobras fez concessões atípicas à Astra. Isso aconteceu em pleno ano eleitoral'.

Ouviram o que eu disse? Agora respondam: Quem privatizou a Petrobras? É notório, senhores e senhoras: empresas privadas não são tratadas desse modo, porque seus donos ou acionistas não permitem. A Petrobras, como fica claro, foi privatizada, sim, mas por um partido. Por isso, foi tratada como se fosse terra de ninguém.”

Veja, Sr. Presidente, Minas Gerais não pode usufruir dos “royalties” do petróleo e do minério. Repito: com duas canetadas, a Presidente Dilma retirou dos mineiros R\$1.000.000.000,00 em novas receitas. Mas foi conivente e não tomou nenhuma providência diante de uma negociata escandalosa que tomou dos brasileiros mais de US\$1.000.000.000,00.

De fato, não dá para suportar tamanho descaso e desrespeito para com os mineiros e brasileiros. É essa, Sr. Presidente, a dinâmica de gestão do governo federal. Realmente, Deputadas e Deputados, não dá para comparar. O governo da Presidenta Dilma tem, sim, muito o que aprender com a gestão eficiente do governo de Minas, aprovada pelos mineiros, com Aécio e Anastasia.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, quero parabenizá-lo. Enquanto V. Exa. falou apenas em refinarias de petróleo, gostaria de falar um pouco sobre a ANP e o que vem acontecendo com os terminais para regaseificação na Baía de Guanabara, em Pecém, no Ceará, e no recém-construído na Bahia. A Presidenta e a Graça Foster, ao invés de explorar o gás da Bacia do São Francisco, onde há gás suficiente para as necessidades do Brasil, insistem em trazer gás liquefeito do exterior, principalmente de Trinidad e Tobago. Aí está o grande viés, ninguém sabe o que se paga e o que se recebe. E investe ainda em megaconstruções de terminais para liquefazer esse gás de volta, colocando a Baía de Guanabara em risco. Hoje onde foi construído o terminal de gás na Baía de Guanabara, o clima é absurdo, qualquer coisa pode levar ao ar Niterói e Rio de Janeiro. A Petrobras deveria estar investindo no gás da Bacia do São Francisco. Temos de denunciar isso na Assembleia. Parabéns, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Agradeço a atenção de todos e a V. Exa. pela oportunidade do aparte ao Deputado Luiz Henrique. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, a imprensa conservadora no Brasil escolheu um tema em que bate há vários meses, para não dizer há vários anos. Estávamos até um pouco livres desse enfadonho tema na tribuna da Assembleia, pois parecia que a maioria dos Deputados compreendia que havia uma exploração política de um tema udenista e de falso moralismo, discutido diariamente na mídia, tentando golpear um governo bem-avaliado e que faz transformações no Brasil. Os temas escolhidos aqui são de debate político, sobre educação, saúde, mas, infelizmente, parece que na Assembleia o Deputado Duarte Bechir também avoca o tema da UDN, como se fosse o arauto - ele, o partido dele e o aecismo - da moralidade. Não é bem assim. É um tema de que não gosto muito de tratar, porque julgo ser um tema que as pessoas tratam com cinismo.

O Deputado Duarte Bechir falou de Rosemary, mas ele nunca veio falar que foi o Senador Aécio Neves quem pediu ao Danilo de Castro arrumar um emprego para a sobrinha do Cachoeira, que foi preso outro dia e que está lá em Uberaba. Foi a pedido de Aécio Neves que Demóstenes pediu. Aécio não sabia de nada, Deputado Duarte Bechir? Aécio sabia. Foi ele que recomendou a sobrinha do Cachoeira. E aí? V. Exa. esqueceu esse tema, arauto da moralidade. V. Exa. quer falar de moralidade, mas conhece a lista de Furnas? Aécio Neves recebeu cinco milhões e meio na sua campanha em 2012, dinheiro público, foi feita vaquinha.

Isso está comprovado com o relatório da Procuradora Andrea Baião, do Rio de Janeiro. Está comprovado no laudo pericial que demonstrou ser verdadeira a lista de Furnas. O arauto da moralidade Aécio Neves não sabia de nada. Foram R\$5.500.000,00 só para o Aécio, fora o que foi para Alckmin e José Serra.

V. Exa. já ouviu falar do “mensalão” do PSDB, aquele que o Marcos Valério começou aqui? O Aécio Neves recebeu R\$110.000,00 da própria SMP&B. O arauto da moralidade do PSDB não sabia de nada. Azeredo não sabia de nada. Vamos deixar de cinismo, Deputado Duarte Bechir. Ler um texto da “Veja Fofoca”, da escória da escória, desse Reinaldo Azevedo, para falar mal da Presidenta



Dilma sem qualquer prova, sem nada, sem qualquer averiguação, sem qualquer requerimento entregue à Justiça, sem qualquer parecer?

Isso é feito todo dia pela imprensa para tentar golpear questões políticas de mudanças no Brasil. V. Exa. quer outros escândalos do PSDB? Por exemplo, temos a compra do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso por R\$200.000,00. Um Deputado disse que recebeu R\$200.000,00. Isso também não foi averiguado. Quanto ao arauto da moralidade, poderíamos discutir vários escândalos. Poderíamos ficar debatendo esse assunto aqui.

Não vou-me alongar muito nesse tema, que é até desagradável, pelo cinismo como é tratado, pela falsidade com que é tratado, por quem o colocou aqui - não pelo Deputado, que respeito muito. Ler um texto de Reinaldo Azevedo, a escória da escória do jornalismo brasileiro, da "Veja Fofoca", da "Veja" bandida, que não prova nada, que joga lama em todo o mundo? Não vou me alongar nesse assunto.

Deputado Adelmo, queria apenas dizer que, apesar disso tudo, que é diário, de todo dia procurarem um desgaste, havendo até um sentido golpista nisso tudo, porque juntam um setor do STF e um setor do Ministério Público para um posicionamento, no meu entender, completamente antidemocrático, faz-se uma pesquisa segundo a qual 78% da população aprova o governo da Dilma. Está aumentando porque o povo quer discutir assuntos concretos, e não fofocas e mentira. Não querem saber de quem fica por aí dando de arauto.

Sabem o que isso prejudica? Prejudica a democracia. V. Exa. acha que seu partido, que o DEM, o PSD e o PSDB estão livres desse problema e que serão levantados como os partidos da moralidade? Bobagem. O que se consegue com isso é desmoralizar a política. Essa é única coisa que se consegue com isso. Tentam a desmoralização da política. Não devíamos fazer repercutir esse tipo de coisa, fazer esse tipo de discussão, pois não engrandece o debate político que temos de realizar. Deixemos esses vários casos para a Justiça e para a Polícia Federal, que têm olhado muito para esse problema. No governo Lula, a Polícia Federal trabalhou muito. No governo Dilma, também tem trabalhado bastante. Esses assuntos não trazem desgaste para Presidenta Dilma, mas antipatia pelo assunto porque as pessoas enjoam de ver o repeteco disso. O objetivo é se mostrarem como arautos da moralidade. Pensam que com isso enganarão o povo brasileiro, mas não enganam.

Temos discutido que, dentro desses 10 anos de governo Lula e de governo Dilma, o Brasil sofreu um processo de mudança muito interessante, sobre o qual temos de nos aprofundar. Temos tentado discutir isso. Os índices sociais no Brasil melhoraram muito. Outro dia fiz aqui a leitura de dados do IBGE nos últimos 10 anos. É impressionante como o Brasil avançou. Segundo o índice Gini, por exemplo, o Brasil melhorou significativamente. Esse índice mede a desigualdade social. Caímos, Adelmo, de 0,559, em 2004, para 0,508.

Quanto mais longe do número um, melhor a igualdade social no Brasil. Em uma década, melhoramos substancialmente o Brasil com distribuição de renda. Essa distribuição de renda é que possibilitou aos mais pobres ter recursos para fazer o Brasil crescer. Esse crescimento do Brasil foi fundamental para que o nosso país não entrasse em um período de recessão econômica, apesar da recessão na Europa e nos Estados Unidos. Não só o Brasil, como a América Latina. Então, temos feito mudanças no Brasil que precisavam ser feitas.

Agora chegamos em um momento em que essas mudanças precisavam se aprofundar, do ponto de vista de facilitarmos que o Brasil tenha um custo mais barato. Com isso, a Presidenta Dilma tomou duas medidas que exacerbaram, sim, as forças conservadoras contra ela. A primeira foi a diminuição das taxas de juros dos bancos. O setor financeiro não perdoa isso. Portanto, muitos dos meios de comunicação entranhados de capital financeiro passaram a uma ofensiva contra a Presidenta e as mudanças dela. É isso que o povo brasileiro precisa entender e vem entendendo. Há uma tentativa de desestabilizar um governo que faz mudanças, que ataca o que precisa ser atacado. Sempre foi assim. Tomem como exemplo a história de Getúlio Vargas e vejam como os conservadores da época o atacaram, em relação à moralidade. Naquela época, havia rádio, não havia tevê ainda, jornais, jornalões. Atacaram Getúlio Vargas e o levaram ao suicídio. Fizeram a mesma coisa com Jango e com Juscelino. Juscelino era tido como um corrupto por essa imprensa venal, arautos da UDN, na época de Carlos Lacerda. Juscelino se equilibrou, custou a se manter. Jango foi cassado pelo mesmo motivo: era o inimigo externo, comunismo, que estava chegando e também a corrupção no Brasil. Fizeram a marcha dos 200 mil. Chega! Esse espírito udenista que o PSDB tem implantado no Brasil não leva a nada. Pode levar à desestabilização da democracia, no máximo. Isso nunca levou a UDN a ter voto, porque o povo percebe quem quer desestabilizar, Paulo Guedes, algo que está dando certo. Não podem atacar o programa, porque têm de apresentar o programa que fizeram, da época do neoliberalismo, em que o Brasil estava mal, não havia divisão de renda, não crescia e nossas empresas eram entregues em programas de desestatização, em programas de privatização. Esse modelo faliu e está falido na Europa. Como não podem defendê-lo, levantam outras teses: a cortina de fumaça, o perigo externo e a falsa moralidade, sempre os mesmos discursos. Fazem isso agora na Argentina contra Cristina Kirchner e na Venezuela, contra Hugo Chávez, assim como arquitetaram os golpes militares em toda a América Latina. A tática e a estratégia são as mesmas.

Chega! O povo brasileiro não é bobo. Ele vê. Estão querendo desestabilizar Lula e Dilma para voltarem atrás, ao período com que o povo brasileiro não concordava, que foi um período ruim, porque agora se divide renda e se melhora o Brasil. Essa é a verdade da questão. Então vêm jornalistas, arautos da moralidade, como se os partidos políticos no Brasil não fizessem e não usassem, no cronograma eleitoral posto agora, mecanismos que não sejam totalmente legais.

Até o mundo mineral sabe que a reforma política é um problema do governo. Vamos debatê-la, vamos fazê-la. Por que não fazem a reforma política? Essa, sim, é uma necessidade. Financiamento público de campanha, o PT é a favor; voto em lista partidária, nem que seja mista, o PT é a favor. Isso fortalece partido político. Vamos colocar em discussão as políticas que se fazem no Brasil. Se não fizermos isso, Deputados e Deputadas, ficaremos na superficialidade de um tema, e a população evidentemente rejeita essa questão.

Deputado Duarte Bechir, penso, sinceramente, que a Globo, outras emissoras de televisão e jornalões vêm fazendo diariamente esse tipo de análise. Fizeram, fizeram, fizeram e podem fazer. Isso é feito desde a antiga UDN, desde Getúlio Vargas.



Vamos discutir como melhorar o Brasil. Diminuir os juros dos bancos foi importante, assim como diminuir a conta de luz, para que o País cresça. Vamos fazer essa discussão, em vez de desviar o assunto para dizer que é arauto de moralidade. Ninguém é, ninguém tem esse direito.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiramente, parabeno V. Exa., Deputado Rogério Correia, por lembrar essas táticas utilizadas pela imprensa golpista no Brasil, que tenta desestabilizar o governo de qualquer forma. Foi assim nos oito anos do governo Lula e também está sendo assim no governo da Dilma Rousseff. Eles estiveram no poder por tanto tempo e não fizeram nenhuma mudança, nenhuma das transformações com que o povo brasileiro tanto sonhava. Conseguimos distribuir renda, gerar emprego, melhorar a vida das pessoas, criar programas importantes como o Prouni, melhorar a educação. Agora, a nossa Presidenta Dilma, com toda coragem, ao mexer com banqueiros buscando a redução dos juros e a redução da taxa de energia elétrica, fere o coração dos tucanos, que são mantidos por esse sistema que lhes dá sustentação em São Paulo, aqui em Minas e no Paraná. Esses foram os três Estados em que as concessionárias, lideradas pela orientação de Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso e José Serra, não deixaram que as companhias hidrelétricas aderissem ao plano de redução das contas de energia. Isso ficou claro.

V. Exa. está coberto de razão, não adianta a Globo, os jornalões, a imprensa golpista, a imprensa oficial tentar desestabilizar o governo federal, como vemos acontecer todos os dias. O que interessa ao povo brasileiro são as mudanças significativas que o nosso governo conseguiu fazer no País, para melhorar a vida das pessoas. Na época deles, os escândalos ficavam debaixo do tapete, a Polícia Federal era proibida de trabalhar. Hoje ela trabalha e investiga todo o mundo, porque não temos o que temer. Quem erra tem de ser punido. Esse é o novo Brasil governado pelo nosso partido, que querem destruir. Mas não conseguirão, porque o povo brasileiro sabe que o PT foi o responsável pela redemocratização e pela distribuição de renda neste país.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Sr. Presidente, gostaria de mais 1 minuto para que possa conceder aparte ao Deputado Antônio Genaro. Faço questão de ouvi-lo.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte) - Quero lembrar do tempo do romantismo do PT, em que falavam como se fosse uma poesia: "Oh, liberdade, abra suas asas sobre nós!". E a liberdade abriu as asas e fez roubar de monte.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, V. Exa. faz uma acusação sem provas, generaliza. Deputado Antônio Genaro, termino dizendo apenas que lhe concedi aparte pensando que falaria de assunto sério. Se fosse para fazer uma acusação infundada ao PT... Isso já escutamos muito. O preconceito contra o nosso partido é muito grande. Eu não sabia que o preconceito era tão entranhado em V. Exa. ao generalizar dizendo que o partido rouba. Não sei qual é seu partido, não posso dizer se rouba ou não, mas sei que V. Exa. é uma pessoa honesta. Gostaria que tratasse os outros igualmente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez* - Deputado Paulo Guedes, iniciarei minha fala e, em seguida, eu lhe concederei aparte. Gostaria de cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados, os telespectadores da TV Assembleia e os ouvintes da Rádio Assembleia.

Sr. Presidente, o Deputado Rogério Correia tem razão ao dizer que a forma que este debate foi colocado aqui, na Assembleia, não contribui em nada. Realmente só desconstrói. O Deputado Duarte Bechir é meu vizinho lá do Sul de Minas, e eu o admiro, mas ele se valer de uma literatura, diria, tão nojenta do Reinaldo Azevedo, um jornalista sabidamente inimigo fígadal do Partido dos Trabalhadores e que todos os dias tem destilado o seu ódio. A revista "Veja" também se transformou em um semanário odioso, que semeia o ódio e é golpista. Aliás, faltou ao Deputado Rogério Correia e ao Deputado Paulo Guedes, que pediram aparte, também dizerem o seguinte: a verdadeira oposição ao governo da Presidenta Dilma e ao Presidente Lula, a oposição mais ferrenha, mais imoral e antiética é a imprensa. É o que chamamos de PIG, Partido da Imprensa Golpista, pois prega o golpe, e é isso que ela quer. V. Exa. tem razão ao se lembrar da UDN e das práticas da história do Brasil.

No entanto até fico surpreso com a maturidade política do povo brasileiro, que não tem caído nessa falácia. Se qualquer pessoa que tivesse viajado para muito longe voltasse ao Brasil depois de muito tempo e lesse os grandes jornais de todo o país, bem como a revista "Veja", de 2006, acreditaria que o Presidente Lula não teria sido reeleito. Porém foi o contrário. Ele foi reeleito. O povo brasileiro compreendeu a encruzilhada em que estávamos. Era o desenvolvimento do Brasil, a inclusão social, a inclusão cidadã. Agora mesmo muitas pessoas ficaram surpresas com o resultado de uma pesquisa do "Folha de S.Paulo". Depois dessa carnificina toda, dessa bateção sem limites, Lula e Dilma estão nos primeiros lugares da preferência do povo, caso a eleição para Presidente fosse hoje. Isso é porque o povo é politizado e tem consciência do que é fofoca, intriga, o que é estritamente politicagem, enfim, do que realmente precisamos para o Brasil.

Temos assistido à crise econômica no mundo inteiro, principalmente na Europa, com milhares de famílias sendo despejadas na Espanha e em diversos países. Enquanto isso, no Brasil, a Presidenta Dilma anunciou a construção de mais 1.400.000 moradias. Recentemente ela entregou a milionésima moradia aos trabalhadores do nosso Brasil.

Na verdade, também fico consternado com esse tipo de debate. Ler aqui um artigo do Reinaldo Azevedo, dar credibilidade para essa imprensa, para esse tipo de articulista, isso é um absurdo. Pelo amor de Deus! Isso é terrível, pois reduz o nosso debate aqui. Tenho certeza de que o Deputado Rogério Correia gostaria de falar sobre outros assuntos, como eu também gostaria de falar sobre outras coisas aqui. No entanto temos de gastar o nosso tempo na tribuna para ficar lamentando esse tipo de postura. Olha, agora mesmo a Presidenta Dilma aprovou a Medida Provisória nº 579, reduzindo a tarifa de energia elétrica para os consumidores domésticos e para as empresas. Ontem pela manhã, na companhia dos Deputados Rogério Correia, Paulo Lamac, Gabriel Guimarães e Reginaldo Lopes, estivemos na CUT discutindo a MP nº 579, que trata da redução da conta de luz. À tarde estivemos na Fiesp, onde fomos recebidos pelo Dr. Olavo, Presidente, e por toda a diretoria, e travamos um debate muito importante e sério. Lá ouvimos da CUT que os sindicatos e a Central estão completamente convencidos e engajados na luta para reduzir a tarifa de energia elétrica no Brasil. Na Fiemg não foi diferente. Ouvimos isso dos trabalhadores pela manhã, por intermédio de seus representantes, sindicalistas da CUT. À tarde, quando fomos recebidos na Fiesp para tratar do mesmo assunto, tivemos um debate profundo, importante. A Fiemg nos disse que também concordava e defendia que as tarifas de energia elétrica devem e precisam ser reduzidas no Brasil, que Custo Brasil deve ser reduzido. A Fiemg tem essa bandeira de redução da tarifa de energia elétrica, que, segundo o Presidente da instituição, é uma das



mais caras do mundo. Ela precisa realmente ser reduzida se o Brasil quiser se desenvolver, se quisermos passar ao largo, ao longe da crise que assola a Europa.

Fiquei contente - e ontem deram essa notícia aqui, Deputado Rogério Correia - porque concordamos ontem, na CUT, com a Beatriz Cerqueira, Presidenta, nossa querida Bia, em promover um referendo na sociedade de Minas Gerais. Queremos saber a opinião dos mineiros: a Presidenta Dilma está correta ou não em querer reduzir o Custo Brasil, em reduzir a conta de energia que vai para a casa dos mineiros? Foram 16% - e ela queria 20% - porque as companhias de Minas, São Paulo e Paraná se recusaram a participar desse esforço, exatamente três Estados governados pelos tucanos, pelo PSDB. Então, a CUT e o PT farão um referendo. Pedimos até a participação da Fiemg. Eles ainda estudarão, mas já disseram que são completamente favoráveis à MP nº 579 no tocante à redução da tarifa de energia elétrica tanto para consumidores domésticos quanto para empresas. Isso significa diminuir o Custo Brasil. Queremos ouvir o que os mineiros têm a dizer, queremos saber se os mineiros concordam com o que a Cemig e o governo do Estado estão fazendo, se concordam que é preciso reduzir a conta de energia.

Primeiro, reduz-se a conta de energia diretamente, na fatura que chega na casa de cada consumidor da Cemig do nosso Estado. Depois, reduz-se ainda mais, porque cada produto, um copo que for comprado ou vendido, tem energia elétrica envolvida em seu custo. Ao diminuir 26%, 28%, também haverá redução no preço final de cada produto fabricado no Brasil. Com isso nosso país pode ficar mais competitivo, pode gerar mais emprego e renda. É importante demais.

Eu já disse recentemente que o alcance dessa medida, dessa iniciativa do governo da Presidenta Dilma, do PT, não tem similar em nossa história. Reduzir conta de luz, o Custo Brasil. E reduzir como? As hidrelétricas já foram pagas, amortizadas em 20 ou 30 anos. Quando foi concedido o serviço, que é da União, às companhias de energia elétrica, embutiu-se na tarifa o custo de construção das hidrelétricas.

Os brasileiros e mineiros já pagaram por isso. Agora está na hora de tirar esse custo. Ao renovar a concessão das hidrelétricas, esse custo tem de ser suprimido. Por isso é possível reduzir a conta de luz. Não é nenhum milagre. Acho até que o mesmo deveria acontecer com a Copasa. Em muitos lugares a Copasa já recebeu, já amortizou todo o investimento que ela teve de fazer em muitos Municípios para a amortização do sistema de captação, de tratamento e de distribuição de água, no entanto, quando renova, continua embutido na tarifa o custo pela implantação. É preciso que tenhamos consciência disso.

A coragem da Presidenta Dilma, quando baixou as taxas de juros, por exemplo, foi importante. Lembro-me de que alguns bancos disseram para ela que não baixariam as taxas. Ela respondeu que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal iriam baixar, pois são bancos sob o controle do governo federal. Se eles quisessem continuar existindo ou acompanhavam a decisão do governo de baixar as taxas de juros ou teriam um problema muito sério. O que aconteceu? Os bancos privados foram obrigados a baixar as taxas de juros. E devem baixar ainda mais, como queria o nosso saudoso mineiro Vice-Presidente José Alencar.

Agora a Presidenta toma essa decisão tão importante, importante mesmo. A partir de 2013 o Custo Brasil diminui. Temos motivos para comemorar, pois havia uma desindustrialização acontecendo. É claro, os custos de produzir no Brasil são muitos altos. Concorrer com outros países em desenvolvimento, que têm incentivos, com custos mais baixos do que o nosso, é muito difícil. Consciente disso, a Presidenta resolver, então, baixar a conta de luz.

Deputado Duarte Bechir, a Presidenta Dilma está baixando a conta de luz. Há centenas de emendas, Deputados Rogério Correia e Maria Tereza Lara, apresentadas pelos partidos da Oposição para dificultar baixar a conta de luz da sua casa, consumidor, que está nos assistindo, da sua empresa, empresário, para diminuir custos dos produtos.

Então, em vez de ficarmos aqui discutindo o lixo que é a revista "Veja", a escória representada pelos artigos do Reinaldo Azevedo, vamos discutir o Brasil. Presidente, vamos fazer um referendo, quem sabe a Assembleia Legislativa não entre nesse esforço de perguntar aos mineiros o que eles acham de diminuir a conta de luz de todo o mundo, de cada brasileiro, das empresas brasileiras, para que Custo Brasil diminua e que tenhamos condições de enfrentar a crise mundial. Ela é séria, profunda e ainda vai durar muitos anos. Até agora, pela inteligência do governo do PT, pela inteligência dos brasileiros, temos conseguido enfrentar e passar, não de todo incólume, mas pelo menos estamos conseguindo enfrentá-la.

Agora, a Presidenta anunciou a construção de mais 1.400.000 casas, diminuindo o custo da previdência para a construção de moradia popular. Tudo isso é muito importante e realmente merece de todos nós esforço para dar certo.

Concluindo, anuncio que depois de amanhã estarei no Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS -, no Rio de Janeiro, para falar sobre os lagos de hidrelétricas no Brasil, que estão vazios, especialmente os de Minas Gerais, mais notadamente o Lago de Furnas, que banha a minha querida Alfenas. Esta situação está trazendo muitos prejuízos, muita preocupação e muita tristeza. Quero ouvir do Dr. Hermes Chipp, Presidente do ONS, o que vai acontecer daqui para frente. Nos próximos dias comentarei aqui os resultados dessa reunião que acontecerá no Rio de Janeiro depois de amanhã. Em Janeiro, estarei na ANA e também em Furnas, debatendo o mesmo assunto.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Fiz nesta Casa um pronunciamento em que dei conhecimento aos membros do Parlamento de determinada situação, em que pesem os erros da Petrobras que causaram sérios prejuízos à Nação brasileira. Ora, o Deputado Rogério Correia, que, após a nossa fala, na qualidade de Líder do partido, poderia ter-se engajado comigo na busca da verdade, preferiu tratar o tema como se fosse cinismo. Acho que, se há alguém cínico neste país a respeito dessa situação, alguém que sempre disse que não sabia e que não viu, alguém que tem o domínio do cinismo, esse é o ex-Presidente. Aliás, acho que ele tem um domínio muito grande do cinismo. As coisas aconteciam no andar de cima e no andar de baixo, mas em nenhuma situação ele trazia explicações para o povo.

Bem, expus verdades que podem até doer, mas, frente ao presente requerimento de providências que estamos encaminhando, na posição de Líder, eu buscava muito mais dar uma resposta a essas acusações que fazer um contraponto com mais acusações. Acho, Deputado Romão, que, quando somos inquiridos sobre algo que nos é contrário, não podemos de imediato atirar pedras para justificar aquilo que se coloca contra nós. Foi isso o que vi nesta Casa após a minha fala. Se algo está errado, tem de ser apurado. Que se punam



os culpados! Sobre esse Cerveró, que ajudou nas negociações, indaguei se os senhores acham que ele está respondendo a processo, que está na cadeia ou que ganhou um presente. Acertaram os que disseram que ele ganhou um presente, porque hoje ele ocupa um cargo na BR Distribuidora. Se me fosse sugerido pautar um assunto para que buscassem respostas depois, eu ficaria mais satisfeito, ficaria até mesmo contente por ter sido dada uma resposta a uma indagação que fiz. Mas o que vi aqui foram só pedras em sua fala, em que declinou até nomes de pessoas. O que vi foi que, ao invés de se dar uma resposta à minha indagação, foram atiradas mais pedras em pessoas que nada têm a ver com a nossa fala no dia de hoje.

Então, Sr. Presidente, creio que, se há algo errado, temos de buscar a solução. O povo, quando escolhe seus representantes, o faz primeiramente na confiança que tem sob aquele parlamentar, governador ou presidente. E nós, como agentes públicos, temos de estar prontos para as respostas que a população busca sobre aquilo que é colocado. Eu nunca deixei de atender a nenhuma solicitação, a nenhuma entrevista que qualquer meio de comunicação tenha me perguntado. Sempre respondi e pude discutir a situação, apresentando sempre a minha posição. O que vi foram acusações. Ao invés de acusações sobre baixar a conta de luz, estão colocando questões da Petrobras. Então, por que não falam em baixar a conta de luz? Eu tenho uma resposta. O Senador Aécio Neves é autor do projeto que retira das contas de luz praticamente 20% dos impostos, na retirada do PIS e do Cofins. Então, ele já trouxe para Minas Gerais, já deu para Minas Gerais o exemplo de governabilidade, de honestidade, como eu disse, que são vistas, a todo momento, no crescimento de Minas.

Antes de encerrar, digo que cinismo é daquele que omite a sua responsabilidade, daquele que não quer discutir os fatos apresentados e se abriga debaixo da falácia, dos contra-ataques, porque não tem a sua resposta clara, objetiva e verdadeira para dar ao povo quando assim é esperado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/12/2012

O Deputado Gustavo Perrella – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, para dar mais celeridade ao processo, serei breve. Farei isso até porque, na discussão do projeto, nosso nobre colega Deputado André Quintão participou ativamente do processo nas comissões permanentes e realizou um grande trabalho. Ele expôs um pouco sobre o PPAG deste ano: o que foi feito e as emendas que versam sobre o assunto. O Deputado Ulysses Gomes também se empenhou bastante nas suas requisições em relação ao projeto. Então, para ser breve, falarei resumidamente sobre o PPAG.

A nossa proposta de revisão apresentou 245 programas, sendo 31 estruturais. Desses 31 programas estruturais, Sr. Presidente, R\$79.000.000.000,00 são recursos do ano de 2013. De 2013 a 2015, são R\$243.000.000.000,00. Isso mostra a importância desses projetos. São todos específicos da Rede de Desenvolvimento Integrado e dos programas especiais. Quero chamar a atenção para esse trabalho, pois a Assembleia Legislativa tratou disso com bastante empenho nas audiências públicas.

Deputado Dalmo, foram realizadas 14 audiências públicas no decorrer do ano, sendo algumas em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa, e quatro delas no interior, cada uma tratando de um programa diferente. Em Araxá, o debate foi sobre rede de educação e desenvolvimento humano; em Araçuaí, sobre rede de desenvolvimento social e proteção; em Poços de Caldas, sobre rede de atendimento e saúde; e em Piumhi, sobre a coordenação da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Conseguimos realizar bem os debates. Os temas foram distintos em cada cidade. Esse foi um diferencial do PPAG deste ano, que conseguiu englobar o Estado para que possa receber as demandas e as necessidades da população mineira.

Como disse o Deputado André, o processo resultou em 460 sugestões populares, analisadas pela Comissão de Participação Popular num curto período de tempo. Dentre essas sugestões, 186 foram transformadas em propostas de ação legislativa, que geraram 80 emendas ao projeto de lei do PPAG e 73 emendas ao projeto de lei orçamentária, além de requerimentos solicitando providências e informações a órgãos e entidades da administração pública. Temos de continuar incentivando a participação popular nas audiências. Destacamos que algumas delas vieram de diversas áreas de políticas públicas estaduais: criação da Defensoria Pública Itinerante, apoio aos jogos indígenas, desenvolvimento do xadrez nas escolas, melhorias habitacionais em comunidades indígenas, abastecimento de água nas pequenas comunidades, apoio à implantação de lavouras, alimentação escolar, apoio a empreendimentos da economia popular solidária e muitos outros. Destaca-se ainda a proposta de continuidade do programa destinado à segurança nas escolas e criação de ação de apoio à cadeia produtiva dos queijos artesanais de Minas, bandeira bastante levantada pelo nosso nobre colega Antônio Carlos Arantes.

Foram recebidas ainda 67 emendas parlamentares, o que demonstra o empenho dos nossos nobres pares. Essas emendas abrangeram várias políticas públicas do Estado, priorizando as regiões e os interesses de cada um. Duas emendas foram acatadas na forma original, 19 foram aprovadas na forma de subemenda, 19 foram prejudicadas pela aprovação e por outras emendas e subemendas, outras 26 foram rejeitadas, por já terem sido contempladas no plano ou por serem incompatíveis ao planejamento, e 1 emenda foi retirada pelo autor. Isso mostra o nosso diálogo sobre o PPAG. Conseguimos atender a uma demanda muito grande tanto popular como parlamentar, e o relatório foi bastante positivo, em conjunto com o Orçamento.

Resaltamos o empenho do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, Deputado Zé Maia, que se debruçou bastante sobre esse processo. Não se faz um PPAG sem sincronia com o Orçamento do Estado.

Apresentamos ainda 26 emendas para corrigir erros materiais, permitir maior adequação dos produtos e das finalidades das ações, buscando regionalizá-las acima de tudo. Outras 88 emendas e 26 subemendas foram apresentadas para compatibilizar o PPAG e as alterações feitas no projeto de lei orçamentária.

O trabalho demandou bastante tempo. Agradeço ao corpo técnico da Assembleia, que se empenhou bastante e demonstrou coerência em todas as demandas dos nossos nobres colegas. Agradeço ainda à Comissão de Fiscalização Financeira e ao Deputado Ulysses Gomes, por suas palavras e seu empenho no processo.

Já estou concluindo. Presidente, essas foram as minhas palavras. Agradeço a todos pelo empenho com o PPAG.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero inicialmente cumprimentar a todos e saudar o relator do PPAG, Deputado Gustavo Perrella, que acabou de fazer, neste momento, em rápida e apertada síntese, seu relatório, lúcido, ponderado e importante para o desenvolvimento de nosso Estado de Minas Gerais.

Ontem à noite, por ocasião da votação na Comissão de Fiscalização Financeira, tive o prazer de enaltecer esta matéria tão importante, este trabalho tão necessário desenvolvido pelo relator Gustavo Perrella. Estamos, com certeza, tratando de uma das peças mais importantes, que garante o desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado. Nosso PPAG é realizado de quatro em quatro anos, como ocorre em todos os Estados da Federação. Todavia temos o privilégio, caro Presidente, de fazer sua revisão anualmente. A Assembleia Legislativa adotou essa postura. Todos os anos o PPAG é debatido com a sociedade, em todas as regiões, buscando revisar o plano de desenvolvimento de nosso Estado.

Vejo aqui, em nossa galeria, o Dr. Eduardo Generoso. Saúdo nossa Defensoria Pública. Peço que leve à nossa Defensora-Geral, Dra. Andrea Abritta, assim como a todos os Defensores de Minas, nosso respeito pelo acolhimento do PPAG. Há a Defensoria Itinerante. Em muitas oportunidades, neste Plenário, pudemos fazer defesas, com o braço forte, com a garantia da prática da justiça e do direito.

Teremos mais uma alavanca no próximo ano: a Advocacia Itinerante a ser distribuída por todas as nossas comarcas, por todos os nossos Estados mineiros. Nosso relator manifestou-se sobre as audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa, por meio de nosso corpo técnico, tão esclarecido e competente. Várias cidades foram visitadas em todas as regiões, para tratar com a população das propostas que foram discutidas. Tive o prazer de participar de quase todas.

Participei de uma audiência, que chamou minha atenção, na cidade de Poços de Caldas, liderada pelo nosso caríssimo Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde. Fomos àquele Município discutir a saúde da região. Estavam ali presentes Prefeitos, Vereadores e Secretários de Saúde, buscando soluções e apresentando sugestões para o desenvolvimento e, principalmente, para a melhor qualidade da saúde da nossa região sul-mineira. O relator pôde acatar emenda em seu parecer.

Quero também agradecer ao relator por ter acatado nossa emenda. Estamos fortalecendo o Arranjo Produtivo Local – APL –, de que tenho a honra de ser autor, graças a esse conjunto de Deputados que aqui debateram. Discutimos por longo tempo o APL, que foi aprovado e hoje está espalhado por todo o Estado, a exemplo de Santa Rita, Itajubá, Santo Antônio do Monte, Divinópolis, Nova Serrana, Monte Sião e do Circuito das Malhas, na minha região. Quis também garantir o desenvolvimento do APL do setor de quartzito, que está instalado na região de São Tomé das Letras por meio da emenda que apresentamos, que foi debatida e que está inserida também no PPAG. Isso garantirá o desenvolvimento desse importante setor mineral, tão respeitado por Minas, pelo Brasil e pelo mundo.

Então quero enaltecer, registrar e também deixar explícito o trabalho desenvolvido pelo relator. Agradeço-lhe as emendas e também o seu olhar em todos os setores em que elas foram apresentadas, garantindo desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região sul-mineira.

A Deputada Maria Tereza Lara* – Cumprimento o Deputado Duarte Bechir, Presidente desta reunião, e as Deputadas e os Deputados desta Casa.

Quero encaminhar favoravelmente ao PPAG. Estivemos presentes aqui enquanto o Deputado André Quintão fez uma longa explanação, por 1 hora, sobre todo o processo do PPAG nesta Casa. Quero, mais uma vez, parabenizá-lo e também a toda esta Casa por esse processo. Parabenizo também o Deputado Gustavo Perrella, relator do projeto.

Sr. Presidente, neste momento quero aproveitar a oportunidade - provavelmente esta é a última reunião deste ano - para registrar, como participante da bancada feminina desta Casa, um evento em que estivemos ontem na Sociedade Mineira de Engenheiros, presidida pelo Eng. Ailton Ricaldoni Lobo. Parabenizamos o Eng. Ailton pela iniciativa de homenagear, como Engenheira do Ano de 2012, a Maria das Graças Foster, engenheira química e Presidenta da Petrobras. Todas as vezes que uma mulher é homenageada, todas as vezes que uma mulher galga cargos de expressão de poder neste país, nós, mulheres, devemos nos congratular, porque, de fato, muito poucas mulheres ocupam esses cargos, comparativamente ao número de mulheres em nossa sociedade. Temos 52% de mulheres no País, e não é possível que elas não ocupem cada vez mais esse espaço. Não falo contra os homens, Sr. Presidente, de forma alguma, mas queremos que as mulheres, ao lado dos grandes homens, tenham participação em nossa sociedade.

Estivemos lá, eu e o Deputado Paulo Lamac, além de representantes de vários segmentos sociais e empresariais. Esteve presente também a Dorothea Werneck, Secretária de Estado, que foi cumprimentada carinhosamente pela Presidenta da Petrobras. Também esteve presente o Dr. Olavo, da Fiemg, e, como chanceler da medalha, o José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras, que assim se manifestou sobre a homenageada – quero mencionar para que fique registrado nesta Casa. (- Lê:)

“A nossa homenageada, a mineira Maria das Graças Silva Foster, natural de Caratinga, consubstancia em seu currículo, com sua postura e suas realizações, o paradigma do engenheiro criativo, líder e empreendedor.

Ainda jovem, Graça Foster transferiu-se com sua família para o Rio de Janeiro. Em 1980 entrou na Petrobras, como engenheira, tendo prestado seus relevantes serviços a diversas unidades. Em janeiro de 2003, Graça Foster exerceu a função de Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Foi Presidente da Gaspetro, da Petroquisa e da BR-Distribuidora e Diretora da Área de Negócios de Gás e Energia da Petrobras. Desde fevereiro de 2012, é Presidenta da Petrobras, a maior empresa brasileira, motivo de orgulho para todos os brasileiros, além de Membro do Conselho de Administração da Petrobras, da BR-Distribuidora, da Petrobras Biocombustível e Presidente dos Conselhos de Administração da Transpetro, da Petrobras Gás e do IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível.

Graça Foster é focada em resultados, tem um grande conhecimento técnico, enorme capacidade de trabalho. É casada, com 2 filhos. É determinada e corajosa, mas ponderada; é exigente e dura em suas colocações, mas tem um coração maior que a produção de petróleo da Petrobras.”

Então, não é só a Maria das Graças Foster que foi homenageada, mas consideramos que foi a mulher mineira, por intermédio dela.



Também como Chanceler da Medalha, o Presidente da Eletrobras falou sobre a homenageada: “Como mineiro e Presidente de uma grande estatal como você, sei dos desafios que você tem pela frente, em aumentar cada vez mais a produção de petróleo e gás no Brasil, incrementar a capacidade de refino, a oferta de combustíveis renováveis, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Precisamos cada vez mais dotar o Brasil da conveniente infraestrutura de reduzir o chamado Custo Brasil, para alcançarmos a meta colocada pela Presidenta Dilma Roussef de um desenvolvimento amplo e sustentado.”

Queremos falar um pouco sobre o discurso da própria homenageada. Em sua fala, disse: “Ser engenheira na Petrobras é uma experiência única. Somos desafiados, a todo instante, a criar, a inovar, a produzir a melhor solução pelos menores custos.

Estamos vivenciando uma verdadeira revolução nas bases socioeconômicas de nosso país. Estabilidade econômica, inclusão social, redução das desigualdades, tudo isso, que, antes, era um sonho, uma quimera, hoje é realidade. E a Petrobras, como não poderia deixar de ser, tem contribuído de maneira singular e ininterrupta para essas transformações. São milhares de empregos” - Deputado Rogério Correia, assim fala a homenageada -, “que propiciam geração de renda e riqueza para o País. E digo isso sem falsa modéstia, porque estou lá e sei exatamente a dimensão do papel da Petrobras nas transformações que estão acontecendo no Brasil.

Nossa política de conteúdo local, por exemplo – que eu acompanho de perto, fico ali, colada nas ações que estão sendo desenvolvidas e em seus resultados –, está mudando o perfil da indústria brasileira de bens e serviços. Pra vocês terem uma ideia, entre janeiro de 2007 e novembro de 2012” - Deputado Doutor Wilson Batista, diz ela -, “nós investimos US\$331.000.000,00 em máquinas, equipamentos e serviços e, desse total, US\$230.000.000,00 vieram de fornecedores brasileiros, ou seja, 70% foram contratados aqui, no Brasil.

E, sob esse aspecto, um setor que se destaca é a indústria naval brasileira. Nossa indústria naval, que, na década de 1970, chegou a ser a quarta do mundo, em 2003, não empregava mais do que 2,5 mil pessoas. Hoje, essa indústria emprega mais de 70 mil pessoas, e temos a perspectiva de chegar a 100 mil pessoas em 2016. Tudo isso se deve à decisão da Petrobras de construir aqui sondas, plataformas e navios para a exploração do pré-sal. Nossos estaleiros existentes e, em construção, terão 8.500.000m² de área em 2016. Estamos encomendando 45 sondas de perfuração, 38 plataformas de produção, 49 navios petroleiros, 39 navios transportadores de derivados e 198 barcos de apoio. Esses investimentos totalizarão US\$107.600.000,00 no período 2012-2020.”

Depois de fazer a análise da atual situação da Petrobras, do seu avanço e da sua contribuição para o nosso país e para o mundo, não podemos, Deputados, desvalorizar o que é nosso. Nesta Casa, temos de valorizar e nos orgulhar daquilo que é nosso, que é do Brasil; não é de governos, mas da instituição Estado. Em determinado momento a homenageada ainda disse: “Aliás, quando recebi o convite para vir aqui receber essa homenagem, eu me surpreendi com uma coisa: essa Medalha foi criada em 1983, portanto, há quase 30 anos. E nenhuma mulher foi homenageada ainda?! Como é que pode? Não é possível que, em 30 anos, nenhuma outra engenheira mineira tenha merecido essa distinção”.

Então, Deputados, mais uma vez quero mencionar a importância da participação das mulheres na vida pública, como a da Maria das Graças Foster, na Presidência da Petrobras. É a mulher mineira que se destaca, o que é um orgulho para nós. A homenageada ainda disse em seu discurso lembrar-se do juramento que fez como engenheira: “Não nos deixaremos cegar pelo brilho das tecnologias, esquecendo que trabalhamos para o bem do homem e não da máquina”. Ou seja, essa mulher é uma grande profissional técnica, mas profundamente humana. “Até chegar à Presidência, eu passei por todas as áreas da Petrobras e vocês podem ter certeza: a engenheira Graça Foster se orgulha de honrar, a cada dia, esse juramento. E eu tenho a felicidade de olhar para os lados e ver muitos engenheiros e muitas engenheiras que podem dizer o mesmo.”

Como parlamentar da bancada feminina desta Casa Legislativa, quero dizer que a Presidenta da Petrobras tem os mesmos objetivos da nossa Presidenta Dilma Roussef: trabalhar com competência técnica, tendo em vista a construção de uma nação mais igualitária, na perspectiva de diminuir as desigualdades, acreditando sempre que um país rico é um país sem pobreza. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Ulysses Gomes* - Concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Peço a colaboração de V. Exa. não só comigo, mas também com os demais colegas Deputados. O Deputado Rogério Correia já fez esse compromisso, e creio que V. Exa. poderia fazer a discussão no prazo máximo de 30 minutos. Esse é o pedido que faço a V. Exa.

O Deputado Ulysses Gomes* – O.k., Deputado, vou procurar ser rápido nas avaliações que farei em relação ao Orçamento.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Deputado Ulysses Gomes, ao contrário do Deputado Sargento Rodrigues, eu gostaria de ouvir V. Exa. pelo prazo de uma hora, porque tenho certeza de que V. Exa. vai acrescentar muito para os parlamentares, sobretudo quanto à importância que esse projeto tem para o governo no próximo ano.

O Deputado Ulysses Gomes* – Muito obrigado, Deputado. Cumprimento cada um e cada uma aqui presente.

Sr. Presidente, estamos abrindo a discussão, depois de já fazê-la na Comissão de Fiscalização Financeira, do Orçamento, do Projeto de Lei nº 3.471, do projeto de lei orçamentária para o ano de 2013, do governo do Estado.

Quero rapidamente ressaltar o papel importante da nossa Comissão de Fiscalização Financeira, liderada pelo nosso Presidente, Deputado Zé Maia. Num registro muito particular, antes de fazer avaliação geral do Orçamento, quero citar que houve, da mesma forma como o PPAG teve na relatoria do Deputado Gustavo Perrella, a tentativa de aglutinar o maior número de propostas; desta vez não tenho dúvida de que o Presidente da Comissão, Zé Maia, procurou também, nesse sentido, atender todas as demandas.

Entre as ações coletivas da nossa bancada, vou rapidamente registrar, em particular, algumas de minha autoria, de autoria do nosso mandato, oriundas da nossa região Sul de Minas, de vários Municípios. Vou registrar a proposta de emenda que está no parecer e aprovada. Proposta de pavimentação no Município de Poço Fundo, de infraestrutura urbana e rural no Município de Poço Fundo; no Projeto Caminhos de Minas, a pavimentação da estrada entre Silvianópolis e Careagu, proposta que encaminhamos como emenda, que foi assim atendida no Orçamento pelo relator; e a proposta de limpeza da calha do Rio Sapucaí, do Ribeirão Anhumas, e do Ribeirão José Pereira, no Município de Itajubá.



A cidade sempre sofreu no período de chuvas, por causa das enchentes, e sabemos que um dos problemas referentes a essa questão se dá pela falta de limpeza da calha dos rios. Essa nossa demanda foi acatada no parecer, assim como a aquisição de ônibus para o setor de esporte de Monte Sião e a pavimentação de estruturas de projetos urbanos e rurais de Cambuí, além de uma demanda importante, casada com a Comissão de Participação Popular, a nossa Emenda nº 74, que foi contemplada na Emenda nº 99 da Comissão de Participação Popular: o fortalecimento da agricultura familiar no Sul de Minas. É uma proposta do governo de investimento nessa área em várias regiões do Estado, mas que não contemplava a nossa região do Sul de Minas. Então, não tenho dúvida de que essas ações, ao serem entendidas, compreendidas e então acrescentadas no parecer do relator, mostram não só a abertura dele e o entendimento do governo mas também o avanço no sentido de acolher as demandas de cada região do Estado. Então, não poderia deixar de registrar esses avanços.

Sr. Presidente, mais uma vez o Orçamento do Estado nos remete, na avaliação, à discussão de dois temas centrais para o nosso Estado de Minas Gerais: a educação e a saúde. Como é do conhecimento desta Casa e de muitos que nos acompanham, desde 2003 o Estado de Minas Gerais não cumpre o mínimo constitucional na área da saúde, aquele investimento mínimo que deve ser feito por cada Estado – ou seja, os 12% que o Estado deve investir para cumprir a meta de investimento na educação. Sr. Presidente, no que diz respeito exatamente a essa questão da saúde, isso é público, já tivemos a oportunidade de discutir muitas vezes, nesta Casa, a proposta do Tribunal de Contas do Estado, quando apresentou o termo de ajustamento de gestão – TAG. O TAG, que começou a ser discutido nesta Casa, foi exatamente o que faltava para todo mundo compreender a luta dos últimos 9 anos, agora completando 10, da Oposição nesta Casa, que cobrava do governo do Estado investimento na área da saúde, porque ele não cumpria o mínimo constitucional. Mas, no seu ajuste contábil, o governo acrescentava investimento no saneamento, feito pela Copasa, e questões previdenciárias para o cumprimento da meta.

O Tribunal de Contas já vinha alertando que isso não era correto, não era permitido, e que, ao retirar esses índices de investimento na saúde em Minas Gerais, o Estado não vinha cumprindo esse mínimo. Na área da saúde, Sr. Presidente, a média anual de aplicação da receita líquida do Estado entre os anos de 2003 a 2011, prestem bem atenção, a média nos últimos nove anos, que deveria ser de no mínimo 12%, chega ao valor pífio de apenas 7,37%. Esse foi o valor médio dos últimos anos de investimento na saúde. Vemos o movimento importante desta Casa de, a partir de uma iniciativa popular, apresentar a proposta de mudança da Constituição, para que o governo federal invista no mínimo 10%. Acho importante cada vez mais avançarmos, apesar de estarmos assistindo aos avanços das políticas na área da saúde do governo federal. Mas é uma ação política, uma ação de governo, que quer cobrar de um ente o que ele não foi capaz de fazer até hoje, a sua tarefa de casa. Vemos, em cada canto do Estado, os Municípios, que têm que investir no mínimo 15%, investirem 20%, 25%, 30% na área da saúde.

Ai do Prefeito que não cumprir o mínimo constitucional nessa área, pois as suas contas são rejeitadas, e ele perde o direito político. Contudo, esse mesmo olhar rígido e a mão pesada do Tribunal de Contas diante dessas possíveis irregularidades administrativas dos Prefeitos que não cumprem o mínimo de 15% na saúde nos seus Municípios não são os mesmos para com o Estado. Na verdade, ao longo desses anos, o Estado foi capaz não só de descumprir a Constituição, mas também de propor um termo de ajuste de gestão, que é um acordo capaz de ser superior à Constituição Federal, que determina o investimento mínimo.

Estou registrando esse histórico para dizer de uma conquista que, ao longo desses anos, foi aqui movimentada por setores da sociedade civil ligados à saúde, como sindicatos, associações, usuários e parlamentares, sobretudo da Oposição, que vinham cobrando, alertando e apresentando inúmeras denúncias para que esse mínimo constitucional fosse investido. No Orçamento do Estado que aqui votaremos, temos agora a previsão orçamentária de 12%.

Em nome da nossa bancada, ou seja, da bancada da Oposição, quero assinalar o papel importante que ela cumpriu de registrar, ao longo desses anos, essa cobrança e, além disso, promover o movimento para chegar a esse momento, após 10 anos de luta, e fazer com que o Estado de Minas Gerais, no seu Orçamento, tenha ao menos a previsão orçamentária de investimento do mínimo constitucional na área da saúde.

Essa luta não se encerrou, ou seja, não acaba a partir dessa conquista, mas continua num processo em que a nossa tarefa de Oposição e de fiscalização e a tarefa da sociedade civil, seja dos movimentos organizados, dos sindicatos e dos usuários, é acompanhar, em 2013, a execução orçamentária, para que, de fato, a previsão orçamentária que aqui aprovaremos para 2013, que é dos 12%, seja efetivada.

Por isso é importante registrar aqui a história de luta e a conquista desse Orçamento ao prever o mínimo constitucional de investimento na saúde. Tão importante quanto esses dois relatos é manter a mobilização para o acompanhamento da execução orçamentária de 2013, porque - diga-se de passagem - o Orçamento aqui é uma peça autorizativa.

Aprovamos e autorizamos essa previsão do mínimo constitucional de 12% na saúde ainda não é garantia da aplicação, mas de que a legislação tenha a previsão daquele recurso, a perspectiva e a intenção do governo de investir. Cabe a todos nós, sociedade civil, toda ela organizada, e ao parlamento, independentemente de ação de Oposição ou Situação, mas, sobretudo, do nosso papel de Oposição, que conquistou esse avanço hoje aqui, acompanhar ao longo do ano de 2013 a execução do Orçamento, para garantir que Minas Gerais tenha o mínimo de investimento na saúde, o que é uma grande conquista.

Sr. Presidente, registro também que, apesar do avanço, do alerta e da cobrança da Oposição e dos alertas do Tribunal de Contas para que houvesse regularização na área da saúde – e assim estamos vendo –, infelizmente, na área da educação, o avanço não foi o mesmo. No que diz respeito à obrigatoriedade constitucional da aplicação de 25% da receita de impostos e transferências na manutenção de desenvolvimento do ensino, observamos que a mesma sistemática da desobediência ao espírito constitucional vai se repetir.

Em seu art. 70, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional disciplina quais são as despesas consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino e que, portanto, devem ser computadas no limite constitucional, no caso do Estado, nos 25% mínimos a serem gastos com educação.



Entre as despesas ali arroladas, consta a remuneração e o aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação, e, ainda, no art. 71, onde estão enumeradas as que não se enquadram como MDE, constam as realizadas com o pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção do desenvolvimento do ensino.

A Constituição da República, nobres Deputados, distingue em seu texto os termos “provento”, “pensão” e “remuneração”, aplicando o termo “remuneração” aos servidores ativos, “provento” aos inativos e “pensão” aos pensionistas. Diante do exposto, considerando a interpretação conjunta dos artigos da Constituição e das leis relativas à educação, conclui-se que, para fins do limite constitucional com manutenção e desenvolvimento de ensino, a componente remuneração deve se restringir às despesas correspondentes ao pagamento de pessoal efetivo. É uma fala um pouco técnica, mas, resumindo, para quem nos assiste, quer dizer que o índice da educação para 2013, infelizmente, continuará abaixo do mínimo constitucional. Nos últimos anos, a média de investimento na educação, nesse período, ficou apenas em 20,7%, sendo que o mínimo deveria ser 25%.

Em 2012, com a aprovação do TAG, o prejuízo, na área da educação, chega a quase R\$700.000.000,00.

Em 2013, retirados os recursos dos benefícios previdenciários - exatamente o que disse anteriormente quanto à questão técnica constitucional, quando se diz claramente que não se devem acrescentar os benefícios previdenciários na previsão orçamentária -, que o governo insiste em acrescentar, para computar o seu investimento na educação, o percentual da aplicação cai para 23,9%. Estou falando que serão menos R\$364.000.000,00 para a educação.

Vamos votar hoje um Orçamento. Nas discussões, nas propostas de emenda, a nossa bancada destacará outras 15 que não foram atendidas no parecer. Essas emendas tratam exatamente desses valores que acreditamos serem fundamentais para o investimento e para cumprir o mínimo constitucional na educação. Depois da votação do Orçamento, vamos destacar essas emendas, para, aí, sim, discutir a fundo sobre a proposta do governo de investimento na educação. Mas é importante ressaltar que esta Casa, a luta da Oposição deixou a desejar o entendimento da questão da educação.

É triste registrar que, no ano passado, tivemos uma história de luta importante na área da educação, apesar da derrota depois da greve, mas é uma história que vai se repetindo. A oportunidade que o governo tem, mesmo com a cobrança do Tribunal de Contas, com a ação permanente de cobrança, da atuação política da nossa bancada nesta Casa, com as denúncias feitas pela nossa bancada, o governo insiste em descumprir a nossa Constituição e, mais uma vez, apresenta a esta Casa um Orçamento que não cumpre o mínimo constitucional. Por isso, o encaminhamento que faremos é para aprovarmos o Orçamento. Entre várias outras questões da saúde e avanços que tivemos, é importante destacar para votarmos separadamente essas questões da educação.

Entendemos que essas questões são fundamentais, não apenas para cumprir o mínimo constitucional, mas para ressaltar a prioridade que o governo deveria ter, ao discutirmos os destaques para aprovação de mais investimentos na educação. E aí, sim, cumprir na prática o mínimo constitucional nessas áreas.

Sr. Presidente, no balanço de questões importantes que fazemos aqui, vale ressaltar que passei toda a manhã de hoje ouvindo vários debates, alguns feitos por Deputados que tentavam denegrir, sem o mínimo respeito, a imagem do nosso ex-Presidente Lula e da nossa Presidenta Dilma, tentando compará-los a traidores de Minas, resgatando o nome do histórico Joaquim Silvério dos Reis. Essa história a que tentaram dar destaque aqui deveria ter, da parte desses nobres colegas, uma comparação talvez até mais simples de se fazer. Se fizermos a comparação que eles tentaram fazer, falando em um troféu com esse nome, é importante ressaltar que o traidor histórico de Minas, Joaquim Silvério dos Reis, diga-se de passagem, Deputado Pompílio, não era mineiro nem brasileiro. Ele era português. Podemos dizer até que ele cumpriu com o seu dever. Não o estou defendendo.

Se há alguém que traiu Minas, essa pessoa é o nosso Senador. Aí a traição é nossa, porque ele é mineiro e foi eleito por Minas. Como disse o Deputado Paulo Guedes, ele não reside aqui, mas sim no Rio de Janeiro. A este Estado, sim, ele serviu, quando defendeu os “royalties”, tema que está na pauta nacional. O Senador defendeu os interesses do Rio de Janeiro. É dessa traição que estamos falando. É essa traição que merece ser avaliada por esses Deputados que tentaram fazer uma comparação usando os governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Não é de praxe, em minha atuação parlamentar nesta Casa, ficar citando nomes, mas sim ações de governo. São exatamente essas ações de governo que quero ressaltar aqui, mostrando a ausência de investimento do governo do Estado nas áreas da saúde, da educação e do desenvolvimento. Estou vendo o Deputado Pompílio Canavez, que atua fortemente nas questões hídricas do Estado, dos comitês de bacias. Falta investimento do governo nessa área e repasse aos comitês de bacias do Estado. Destaco a nossa atuação na área do turismo, com a total falta de investimento por parte do Estado. Então, essa política foi decaindo, cada vez mais, ao longo dos últimos anos.

É importante registrar que a Secretária anterior, no último governo, criou uma política de Estado exemplar. Ela integrou a política nacional de turismo, uma política de Estado inovadora e planejada, fazendo com que o Estado de Minas Gerais fosse exemplo, apesar de não ter recursos e investimentos. Entretanto, no que diz respeito à proposta e ao planejamento, essa política tornou-se referência no Estado, mas, infelizmente, ao longo dos últimos anos, foi decaindo por falta de inovação e de incentivo. É esse o Estado de que estamos falando. Quero, exatamente nessa comparação, não de pessoas, mas de políticas, mostrar o orçamento do governo federal, os investimentos do nosso governo para Minas Gerais, para o desenvolvimento do País, a partir do importante investimento que o governo faz no Estado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte)* - Deputado Ulysses, estou acompanhando o seu pronunciamento e, com certeza, devemos nos preocupar muito mais com o nosso Estado e com o seu desenvolvimento. Todos nós devemos estar unidos para conseguirmos esse objetivo, um objetivo difícil, mas alcançável. Então, sinto a falta de um debate mais aprofundado sobre o desenvolvimento nesta Assembleia. Precisávamos ter essa preocupação maior.

V. Exa. e o nosso Presidente em exercício, Deputado Antônio Carlos Arantes, são do Sul de Minas e sabem que estamos vivendo um momento dramático, difícil na nossa região: o esvaziamento do Lago de Furnas, por exemplo. Temos na água nosso principal recurso estratégico, e o senhor estava falando sobre os “royalties”.



Considero que os “royalties” pagos pela água em Minas Gerais não são justos, não são suficientes. Recebemos “royalties” por área inundada. O Estado fica com 45% e os Municípios, com 45% dos “royalties” cobrados por áreas inundadas. Sem as águas de Minas Gerais, não há energia elétrica no nosso país. Sempre estou repetindo isso aqui. Aliás, 70% das águas do sistema elétrico nacional são de Minas Gerais, águas que nascem no Estado, que é o Estado com os principais rios do País. Rio São Francisco, Rio Doce, Rio Grande, nosso Rio Sapucaí, que banha sua cidade, Itajubá, Pouso Alegre e que também passa por terras da minha região. Cerca de 20% da área do Município de Alfenas é inundada pelas águas do Sapucaí para formar o grande Lago de Furnas, que vai gerar energia elétrica para o País. E agora, está com 10% do seu volume útil, causando um prejuízo enorme. Temos de lutar pela compensação financeira, para que os “royalties” sejam capazes de compensar esse prejuízo.

Amanhã, estarei no Rio de Janeiro, em uma reunião com o Dr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema – ONS -, que determina quanto e onde será gerada a energia elétrica, quanto será gasto de água por cada hidrelétrica, e que determinou que o Lago de Furnas fosse usado quase à sua exaustão. Para se ter uma ideia, em 20 dias aproximadamente, no mês de outubro, o lago tinha 28% do seu volume útil, e em 20 dias foi para 15%. Agora, está com 10%, e não tem uma política de compensação. O que estou levando amanhã para o ONS e vou levar para a ANA, para a Aneel, para Furnas, para a Eletrobras, para o Ministério das Minas e Energia neste ano que começará, é que tem de haver uma compensação, uma indenização para quem está sofrendo prejuízo.

V. Exa. falou do turismo. O principal atrativo turístico da nossa região é a água, é o lago, para atividades de esportes aquáticos, pesca esportiva, balneário. Com esse rebaixamento, essa possibilidade do turismo agora no verão acabou. E aqueles empresários, donos de pousadas, de hotéis, de restaurantes, de embarcações, que fizeram investimentos para atrair turistas, para movimentar a economia, gerar emprego e renda em nossa região, e que não foram avisados do rebaixamento? Eles estão tendo prejuízo, tiveram que demitir, muita gente perdeu o emprego.

Ainda era Presidente da Alago quando criamos um “slogan”: “O mar de Minas: Minas tem mar, sim, senhor”. Sempre brincamos que há o Mar de Espanha, e o mar do Lago de Furnas, de água doce, de água limpa, que atrai turistas, gera renda, gera riquezas. Então, com isso, estamos passando por uma dificuldade extrema. E os nossos Deputados Federais e Senadores tinham que estar falando disso, Deputado Ulysses. O Senador Aécio e os outros Senadores também, os outros Deputados, nós aqui, o governo do Estado. Como o sistema elétrico decide uma operação que esvazia o maior lago artificial do Brasil sem avisar nada? E o Estado? Vai ficar por isso mesmo? Quero que esse debate aconteça aqui no próximo ano, e V. Exa. tem razão. Em vez de ficarem procurando Joaquim Silvério dos Reis, que isso é bobagem arrematada, deveriam pensar no desenvolvimento e em resolver os graves problemas do nosso Estado, que tem tudo para se desenvolver, mas precisa da união de todos. Obrigado pelo aparte e pela paciência.

O Deputado Ulysses Gomes* – Agradeço, Deputado. V. Exa. tem total razão. Assisti ao debate pela manhã, incomodado. Essa discussão de nomes não é a prática que entendo ser construtiva para nossa ação política, construtiva para o Estado. Há total falta de respeito, independentemente da questão partidária, por um homem, o ex-Presidente Lula, que mudou a vida do Brasil. A Presidenta Dilma também é uma mulher que merece respeito. Ela é mineira, é Presidente da República e tem um dos maiores índices de aceitação na história por seu trabalho. Ficamos assistindo à hipocrisia de alguns debates nesta Casa, que incomodam. Eu não havia ainda falado sobre isso. Espero não ter de repetir este meu discurso, sobre algo que me incomoda. Cada um tem seu espaço, cada um tem de cumprir com seu dever. Não devemos baixar o debate.

Vemos a tentativa do governo em esconder coisas. O governo midiático, que investiu tanto e consolidou o espaço de mídia no Estado, tenta criar a imagem do déficit zero e do impacto nas contas. Estamos vendo a situação do Estado de Minas Gerais, da dívida que cresce cada vez mais. Os investimentos que o governo faz é na base de mais dívidas. Este Estado se endivida cada vez mais. Apesar de à sua frente haver um gestor competente, está amarrado a uma política de alguém que só pensa em seu projeto pessoal, de alguém que faz com que toda a estrutura de Minas seja amarrada a fim de maquiar a imagem deste Estado. O debate que ouvimos pela manhã vai um pouco nesse sentido, pequeno, de tentar resgatar na história uma comparação desnecessária. Isso chega a ser besta. Não acho que este espaço que ocupamos deva servir para isso.

Debatemos o Orçamento, que aprovaremos. Citei a questão da saúde e da educação, e não posso deixar de confrontar esse debate político com os investimentos da área do governo federal em Minas Gerais. Só os convênios, Deputados, do governo federal com Minas, com o Estado ou com os Municípios, foram da ordem de R\$13.000.000.000,00 neste ano. Quanto às transferências, Minas está entre os primeiros Estados do País. Foram mais R\$14.400.000.000,00, sendo cerca de R\$5.000.000.000,00 para o governo e quase R\$10.000.000.000,00 para os Municípios.

Não podemos aceitar o discurso de que tudo que vier a acontecer em Minas só pode existir, só pode ser verdade, se passar pelo governo deste Estado. Muitas coisas acontecem por meio do governo federal, por execução direta ou por ação direta, em parcerias com os governos municipais. São vários recursos investidos em Minas, muito diferente do que vivemos nos anos de Fernando Henrique Cardoso, quando este Estado ficou sem recursos, tendo sido obrigado a fazer um endividamento pelo qual hoje está pagando preço altíssimo.

Essas são as circunstâncias de um projeto neoliberal, que só pensa em um governo para os amigos, em um governo para aqueles parceiros. Não pensam em um governo republicano, exatamente a lógica que o governo do Presidente Lula implementou, e que hoje a Presidenta Dilma amplia cada vez mais. Temos uma ação governamental que leva o País para a frente, um governo para todos, sem distinção político-partidária. Isso incomoda as elites, aqueles que governaram este país com privilégios. Hoje eles governam o Estado e, porque endividaram o Estado, questionam ações do governo federal, que aglutina a maior parte de recursos. Eles governaram este país, e não foram capazes de mudá-lo. Se um dia voltarem ao poder, não mudarão uma vírgula do que estão questionando.

Nosso governo hoje tem um projeto de nação, um projeto republicano, com propostas de desenvolvimento para o País, que distribui de forma equânime e igualitária os recursos para todos os Estados e Municípios, sem distinção partidária. Essa política, que faz avançar o País, merece nosso reconhecimento.

É exatamente as ações desse governo que quero destacar, em contraponto ao Orçamento que vamos votar.



Ao se aproximar o final do segundo ano do governo da Presidenta Dilma, os programas prioritários do governo federal colecionam bons resultados, com impacto sobre a qualidade de vida e a geração de oportunidades para nós, brasileiros e brasileiras.

Quero citar o analfabetismo decrescente. A taxa de escolaridade de crianças de 6 a 14 anos aumentou de 0,6%, em 2009, chegando a 98% em 2011. Isso praticamente indica a universalização do acesso ao ensino fundamental das crianças do País. A rede pública de ensino atendeu no País a 78,4% dos nossos estudantes. Até o ensino médio, a rede pública atendeu à maioria dos estudantes: 73,5% na pré-escola, 87% na alfabetização e no ensino fundamental e 87,2% no ensino médio. Nesse caso, vemos ações importantes de investimento do governo federal serem ignoradas aqui em Minas Gerais.

Tive oportunidade de participar com vários Deputados da Casa - está aqui o Deputado Elismar, estávamos juntos - da entrega de uma ação importante do governo federal em parceria com a bancada federal, em parceria com o próprio governo do Estado. Foi um investimento da ordem de quase R\$65.000.000,00. Desse total, R\$50.000.000,00 eram recursos do governo federal destinados à entrega de 379 ônibus escolares. Os ônibus são ferramentas fundamentais para garantir esses números que estou citando, para garantir o avanço do ensino, para garantir a universalização do ensino médio e do ensino fundamental, para buscar as nossas crianças, os nossos jovens e os nossos adolescentes em cada canto dos Municípios. O governo federal, atendendo a essa demanda, destinou a Minas Gerais 379 ônibus. Isso foi apenas em uma ação. Foram 379 Municípios atendidos. Numa ação política, sem convite ao governo federal, assistimos calados à entrega desses ônibus com o Governador do Estado, com a Secretária de Estado, com as imagens do governo do Estado, sem nenhuma citação ao governo federal. Usa-se essa política de maquiagem, de enganar e de esconder o que o governo federal faz em Minas Gerais de investimento, para dizer que Minas avança nesse sentido.

É importante registrar que essas ações têm a clara e identificada participação do governo federal. Nos programas e nas ações diretas, ou em parceria com o Estado ou com os Municípios, há a presença permanente do governo federal na vida dos mineiros e no desenvolvimento do Estado. No ensino superior essa predominância se inverte. A rede privada atendeu à maior parte dos 6.600.000 estudantes, 73%. Entre 2009 e 2011, entretanto, a rede pública aumentou a sua participação, passando de 23% para aproximadamente 27% de atendimento aos nossos jovens.

A taxa de desemprego, de desocupação, atingiu seu menor nível histórico. Houve queda na taxa de desocupação de 8,2%, em 2009, para cerca de 6% neste ano. Isso ocorreu em todas as regiões do Brasil. É esse avanço que, parece, não querem enxergar. O rendimento do brasileiro cresceu. O rendimento médio mensal do trabalho em 2011 e em 2012 foi de R\$1.345,00 contra R\$1.242,00 no ano anterior. Houve uma variação real, um aumento de mais 8%.

O trabalho infantil diminuiu. Segundo os índices apresentados no último ano, quase 600 mil crianças ou adolescentes saíram do mercado de trabalho.

A desigualdade de renda mantém a tendência de queda desde o início do governo do Presidente Lula. O grau de concentração de renda continuou em declínio no Brasil. O índice de Gini diminuiu de 0,524 para 0,50 nos dois últimos anos.

Cresce o acesso aos serviços básicos. A quantidade de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água cresceu e se disseminou, principalmente nos Municípios pequenos, com uma ação muito atuante da Funasa. Aproveito para parabenizar o Presidente Gilson, engenheiro sanitarista mineiro, com muita experiência, que está fazendo um trabalho exemplar à frente da Funasa. E os índices estão aqui: a quantidade de domicílios do País ligados à rede geral de abastecimento de água cresceu de 84% para quase 90%, indicando que quase 3 milhões de lares foram conectados a essa rede. O total ligado às redes coletoras de esgoto também cresceu de 59% para 63%. São mais de 4 milhões de domicílios conectados.

Quero também registrar a coleta de lixo, que é uma ação importante do governo federal, com destaque para o trabalho da Funasa, que disseminou essa coleta nos Municípios com menos de 50 mil habitantes. Essa coleta passou a atender quase 90% dos domicílios.

O acesso à energia está praticamente universalizado. O número de residências com iluminação elétrica cresceu de 98,9% para 99,3% do total de domicílios, o que corresponde a mais de 3 mil lares com energia elétrica.

Nobres Deputados, relativamente a emprego, os dados da Relação Anual de Informações Sociais divulgados em setembro deste ano mostram que 2012 registrou a terceira maior geração de empregos da série histórica iniciada em 1985. Foram 2,2 milhões de novos empregos formais. Nos primeiros 10 meses de 2012, foram gerados quase 1.700.000 empregos formais, crescimento de quase 5% em relação ao ano anterior.

O Brasil sem Miséria: nove anos do Bolsa Família e a sanção da medida provisória do programa Brasil Carinhoso, da Presidenta Dilma, fortalecem as ações para a superação da extrema pobreza no Brasil.

Quanto à infraestrutura, 38,5% das obras do PAC já foram concluídas, obras previstas para até 2014. Vivemos nesta Casa o questionamento de que o Brasil não estará preparado para a Copa do Mundo e que os estádios não estarão prontos. A Presidenta Dilma está inaugurando um a um. A execução do PAC até setembro deste ano foi a maior desde o início do programa em 2007. Em 21 meses foram investidos R\$390.000.000.000,00, 40% do total previsto até 2014.

Ficaria aqui apresentando os inúmeros dados dos inúmeros programas do governo federal. Houve investimentos em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, equipamentos, geração de energia elétrica, transmissão - citei o programa Luz para Todos -, exploração de gás, de petróleo, refino, fertilizantes, indústria e saneamento. O programa Minha Casa Minha Vida completou 1 milhão de unidades habitacionais contratadas no nosso país, atendendo a uma demanda histórica. O financiamento habitacional vem avançando cada vez mais, atendendo outro setor importante de classe média no País. A urbanização de assentamentos precários; o desenvolvimento econômico, com o Plano Brasil Maior - houve políticas para estimular o crescimento econômico do nosso país, e Minas Gerais tem papel importante nesse desenvolvimento por várias questões. Citei anteriormente os investimentos dos parques tecnológicos.

Ao mesmo tempo em que criticamos as ações do governo, temos uma Secretaria de Governo do Estado que merece o nosso reconhecimento pela sua ação: a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Deputado Bonifácio Mourão, estamos aqui apontando, na nossa opinião, deficiências do governo na política, mas entendo que houve avanços não apenas na área da saúde, mas na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o Deputado Federal e Secretário Nércio Rodrigues, que realizou uma política de incentivos, em parceria com o governo federal. São esses exemplos que deveríamos seguir, e não os pequenos de disputa



pessoal que se tenta fazer nesta Casa. Temos de seguir exemplos de parcerias verdadeiras, reais e de investimentos que contribuam para o desenvolvimento do País, e obviamente Minas faz parte disso.

Não estamos falando de um Estado conectado do mundo nem do País e nem de um país que isola um Estado, ao contrário, que o integra a partir de seus programas, assim como aos Municípios. Esta Casa tem de compreender isso.

Quanto à desoneração da folha de pagamento, somente em 2012, tivemos 15 setores contemplados, sendo que, a partir de 2013, mais 40 serão beneficiados. Outras ações do governo federal: prorrogação da isenção de imposto para estimular a produção e o emprego; Plano Safra da Pesca e Agricultura 2012-2014, lançado em outubro, que estabelece medidas a serem adotadas até 2014; fomento à indústria de “software” e serviços de tecnologia de informação, sendo que em agosto foi lançado o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação; Programa TI Maior, com previsão de investimentos de mais de R\$500.000.000,00 até 2015; ações de apoio ao empreendedorismo, com o Programa Nacional do Microcrédito, Crescer, e o Microempreendedor Individual – MEI –, que cresceu mais de 160% desde 2011 e alcançou mais de 2,6 milhões de inscrições até outubro deste ano.

São essas ações, Deputado Elismar, que gostaria de citar. Não poderia deixar de falar sobre elas no encerramento deste ano, no momento de discussão do Orçamento. Detectamos os avanços do governo e identificamos falhas e deficiências, ou seja, as áreas em que não houve avanços ainda. Mas entendemos que a ação integrada do governo merece desta Casa o nosso reconhecimento. O papel fundamental do governo da Presidente Dilma foi compreender que os investimentos em Minas Gerais são primordiais para se alcançarem os índices. O Estado está avançando com os investimentos do governo da Presidente Dilma, com os programas feitos em parceria com o governo federal. Nesse sentido, vale ressaltar a política que o governo federal vem desenvolvendo em todo o Brasil, fazendo jus ao “slogan” de ser um país para todos, um país sem miséria. Sem dúvida alguma, um país rico é um país sem miséria, um país que é capaz de olhar para todos os cantos, de investir em todas as áreas, de ter programas e ações, independentemente de disputa político-partidária.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, Deputado Ulysses Gomes. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, que faz um balanço não somente da atuação da nossa bancada neste Plenário, nas Comissões, nesta Casa, mas também do nosso Partido dos Trabalhadores, dos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma. V. Exa. fez um breve histórico de como o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, marcou de maneira extraordinária a redemocratização do Brasil. Ele foi uma liderança oriunda dos movimentos sociais, populares, um nordestino que soube enfrentar tantos obstáculos e preconceitos para dar orgulho ao povo brasileiro hoje, devolvendo-lhe a autoestima. O País vivia subordinado às regras do FMI, de uma pequena elite conservadora que dizia que a classe trabalhadora seria incapaz de governar o Brasil. Através das ações do Presidente Lula e da sua continuidade pela Presidente Dilma, mostramos que é possível, sim, enfrentar todas as crises fazendo política social, fazendo política para aqueles que mais precisam, o povo mais pobre e carente.

Como V. Exa. citou, são muitos os programas que tiraram milhões de pessoas da pobreza ao longo dos últimos anos: mais de 30 milhões migraram para a nova classe média.

São tantos programas - V. Exa. citou alguns aqui – que, ao longo destes últimos anos, tiraram milhões de pessoas da pobreza. Mais de 30 milhões migraram para a nova classe média. O desemprego caiu de maneira significativa, praticamente pela metade. Realmente tivemos um salto de qualidade nas condições de vida do povo brasileiro, por meio de programas tão importantes como o ProUni, o Minha Casa Minha Vida, o Pronaf e, agora, a última medida da Presidenta Dilma, um tema com um histórico muito forte de atuação que diz respeito à redução das tarifas de energia elétrica.

Quero ressaltar novamente isso aqui e dizer que discutiremos ainda muito esse assunto nesta Casa por considerá-lo de fundamental importância. A Presidenta Dilma foi corajosa ao enfrentar o “lobby” das concessionárias de energia elétrica e dos grandes interesses econômicos que estão em jogo. Ela propôs antecipação dos contratos de concessão do setor elétrico, mas no sentido de exigir qualidade na prestação dos serviços, modicidade tarifária, redução das tarifas reduzindo os custos, tirando encargos federais, retirando impostos e reduzindo o Custo Brasil para que o País possa se tornar mais competitivo e gerar mais emprego. Essa foi a nossa intenção, e não a de transformar isso em um debate político, visando às eleições de 2014. Isso realmente não é justo, mas infelizmente foi o que aconteceu. Lamentavelmente enfrentamos uma grande resistência por parte do Senador Aécio Neves, que não teve uma postura republicana em defesa do Brasil. Simplesmente ele se posicionou em defesa de meia dúzia dos acionistas, em sua maioria estrangeiros, para defender interesses econômicos desse grupo.

Ora, o próprio governo deu exemplo. A Eletrobras, controlada pela União, foi a primeira empresa a aderir à Medida Provisória nº 579, mas infelizmente a Cemig, controlada pelo governo do Estado, não aderiu. Da mesma forma, empresas do Paraná e de São Paulo, todas governadas pelo PSDB, também não aderiram. Isso provocou um prejuízo muito grande ao povo brasileiro. Para mim, foi um ato irresponsável, pois, em vez de termos uma redução em média de 20%, teremos 16%; no entanto, a Presidenta Dilma já afirmou que perseguiremos a meta de reduzir ainda mais a conta de luz para que possamos devolver ao povo brasileiro o que lhe é devido e compartilhar todos os lucros que esse setor teve, porque os investimentos já foram, em sua grande maioria, amortizados, já foram pagos pelo povo brasileiro na conta de luz. Foram repassados na conta de cada consumidor todos os investimentos utilizados para a construção das hidrelétricas e das usinas. Já pagamos todos os ativos e agora queremos um preço justo de energia elétrica.

Deputado Ulysses Gomes, tivemos, como membro efetivo dessa comissão da Medida Provisória nº 579, o Deputado Weliton Prado representando Minas Gerais. Realmente ele foi aguerrido, combateu com muita coragem e fez um trabalho muito importante. Inclusive, a Presidenta Dilma, do exterior, ligou para ele, agradecendo sua defesa na comissão. Quero destacar que aprovamos o texto básico na Câmara e no Senado e aprovamos todos os destaques. Agora, Presidenta Dilma, teremos essa segurança de que, já a partir do próximo ano, teremos a redução da tarifa de 16% para as residências, chegando até cerca de 28%, 25% para as indústrias e o comércio.

Gostaria de apenas fazer um relato aqui de como esse setor lucrou e de como é injusta a choradeira e todo o terrorismo que eles fizeram em torno desse tema. Em 2008, quando conseguimos uma redução de 17% para as residências em Minas Gerais, a Cemig veio com a mesma história de que iria quebrar o Estado, de que eles não teriam como absorver. Depois disso, só no ano passado,

registraram um lucro de mais de R\$2.400.000.000,00, mesmo com a redução. Então, isso prova que é possível manter a qualidade e o sistema sem sacrificar nem penalizar o povo de Minas Gerais.

Se não fosse a nossa atuação, a conta seria mais cara ainda. Ela já é um absurdo, ainda mais levando-se em conta o ICMS do Estado – fazendo o cálculo por dentro, vai para mais de 40% só de imposto estadual. O governo do Estado poderia dar o exemplo e ter a mesma sensibilidade que teve a Presidenta Dilma: deveria abaixar um pouco o imposto estadual, o ICMS, para termos uma redução mais significativa.

Digo isso porque, quando o cidadão não paga a conta, eles simplesmente cortam. Eles agora não queriam aderir ao plano para reduzir a tarifa de energia. Concluirei rapidamente, Deputado Ulysses Gomes. Em 2006, a Cemig pediu 24% de aumento. Conseguimos interferir e, com todas as contribuições, com as audiências públicas e todo o enfrentamento e mobilização que fizemos, ficou em 5,16%. Em 2007, a Cemig queria 20% de aumento; ficou em 6%. Em 2008, queria 20,88%, e conseguimos a primeira redução da história da Cemig: 17%. Em 2009, a Cemig queria simplesmente 31% de aumento; ficou em 4%. Em 2011, 13%, e conseguimos reduzir para 6%. Em 2012, a Cemig pediu um aumento de 5,48% para a Aneel e foi aprovado 3,85%.

Falo de todo esse histórico para mostrar que todos os anos fazemos um enfrentamento para defender uma tarifa de energia mais barata, fazendo justiça ao povo de Minas Gerais. Não será diferente no próximo ano - queremos atingir a meta estabelecida no texto original da Medida Provisória nº 579. Teremos uma redução importante no ano que vem graças à sensibilidade da Presidenta Dilma, mesmo com a resistência de lideranças de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. Mas não conseguimos atingir a meta estabelecida. Entretanto, nosso objetivo é alcançá-la, de repente reduzindo até outros encargos e impostos que a União possa bancar.

Mas, infelizmente, Minas Gerais não contribuiu. Quero registrar e lamentar esse posicionamento do Senador Aécio Neves, que não foi republicano e simplesmente defendeu o interesse dos acionistas da Cemig, em detrimento de toda a população de Minas Gerais e do Brasil. Parabéns, Deputado Ulysses Gomes!

O Deputado Ulysses Gomes* – Muito obrigado, Deputado Elismar Prado. Tive oportunidade, durante esse período, de ouvir os apartes dos Deputados Elismar Prado e Pompílio Canavez, que se posicionaram em relação ao Orçamento do Estado - e encaminharemos favoravelmente, fazendo os destaques na questão da educação, a comparação das ações do governo do Estado com o governo federal.

Queria, nos minutos que me restam, Sr. Presidente, se me permite, fazer um rápido – apenas 5 minutos – relato da nossa atuação no mandato. O Deputado Romel Anízio está atento, e quero, com muita alegria, agradecer-lhe a atenção.

Quero dizer da alegria de estarmos encerrando mais um ano de atuação aqui no Parlamento. Aprendemos muito neste ano, que foi atípico, foi um ano de eleições municipais que requereu de nós uma presença permanente. Independentemente disso, tenho convicção dos avanços e de nossa contribuição no processo parlamentar.

Quero registrar e resgatar aqui algumas ações importantes neste ano de nosso mandato. Iniciamos o ano aprovando a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, que virou a Emenda à Constituição nº 90, que acabou com o mandato-tampão. Minas Gerais saiu na frente de todos os Estados; a Assembleia Legislativa de Minas deu um exemplo para o País: foi a única Assembleia do Brasil que acabou com os mandatos-tampões. Ela não só deu exemplo, ao mudar a legislação, como dará, a partir de janeiro, o exemplo na prática. Os Deputados que foram eleitos Prefeitos, e não renunciaram agora, nesse período, com toda legitimidade cumprirão seu mandato até o último dia deste ano. Os Deputados que assumirão tomarão posse apenas em fevereiro. A Assembleia Legislativa está cumprindo com seu dever, dando exemplo para o País de uma ação importante que foi votada nesta Casa. Quero aqui resgatar essa nossa conquista, essa atuação que sempre é questionada no início de vários mandatos legislativos e é pauta da mídia contra os Parlamentos nacional e estaduais. A Assembleia de Minas deu um grande exemplo.

Quero compartilhar com os nobres colegas essa iniciativa da Assembleia Legislativa, que foi matéria em vários jornais do País.

Conquistamos este ano, também, por meio da nossa ação e de todo o coletivo na Assembleia Legislativa, a isenção da taxa de incêndio para os microempreendedores individuais, que até então não tinham esse benefício na legislação. Para quem não tem ideia, a taxa de incêndio é calculada para as empresas, a partir do nível de risco que determinado prédio, que determinada instalação tem. Esse mesmo cálculo é feito para aos microempreendedores, que hoje têm um grande incentivo, tanto do governo federal como do estadual. No entanto, essa era uma taxa pesada para eles. Ela tem uma variação, em média, de R\$21,80 a quase R\$3.000,00, dependendo do risco da sua estrutura. Conseguimos, a partir da nossa emenda, aprovada na semana passada, acabar com essa taxa, isentando os microempreendedores. O que é uma política de incentivo a eles no Estado.

Também conseguimos um avanço no que diz respeito a um documento que garante a cidadania da pessoa, que é o RG. Hoje há o benefício, ao se registrar a primeira via. A partir de agora, na segunda via, caso seja roubado, também haverá o benefício da isenção dessa taxa, que agora será cobrada em dobro.

Tive a oportunidade de ser o relator do Fundo Estadual do Café – Fecafé. O Funcafé, do governo federal, já é um grande apoio à política do café no País. Minas Gerais, como o maior Estado produtor de café do País, merecia uma política especial. E o governo do Estado, este ano, deu o exemplo, criando o Fecafé, do qual, com muita honra, tive a oportunidade, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, ser o relator, em parceria com o Deputado Antônio Carlos Arantes, na Comissão de Política Agropecuária, e avançar na criação desse fundo tão importante.

Tivemos a oportunidade de levar para o Sul de Minas várias audiências públicas, como a do “crack”, a dos microempreendedores. Resolvemos também problemas da Secretaria do Patrimônio da União.

Registro aqui, para encerrar, Sr. Presidente, a grande conquista que tivemos nessas eleições municipais. Há um chavão que diz que Minas avança. Deputado Rogério Correia, quero dizer a V. Exa., com muita alegria, ao encerrar este ano, que Minas Gerais teve a maior conquista do PT no País. Foi o Estado que mais elegeu Prefeitos do PT, e a nossa região do Sul de Minas foi a que mais elegeu Prefeitos do nosso partido. Nobre Deputado, com essas conquistas, não tenho dúvida de que Minas avança na política de governos democráticos e populares, que estarão em sintonia com o governo da Presidenta Dilma, implantando esse grande desenvolvimento e mudanças no nosso país.



Muito obrigado a cada Deputada e Deputado, por mais este ano de experiências, de compartilharmos as nossas ações. Registro aqui o agradecimento a toda a equipe de trabalho do nosso mandato, a toda equipe técnica da Assembleia Legislativa. Um grande abraço aos mineiros. Aos sul-mineiros, que tenham um feliz e santo Natal e um 2013 repleto de muitas conquistas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo de Minas Gerais.

Neste último dia das nossas reuniões deste ano de 2012, gostaria de tecer alguns comentários a respeito desse projeto que estamos votando, que estima as receitas e as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais. É um projeto que encerra as nossas atividades e, de certa maneira, todas as discussões que tivemos ao longo deste ano nesta Casa. Foram discussões importantes para o povo de Minas Gerais, em que nós, da base do Governador Anastasia, pudemos ouvir os Deputados de Oposição, o contraditório. Tivemos, por várias vezes, as galerias desta Casa repletas de trabalhadores, de funcionários públicos, do povo em geral. Enfim, estamos coroados e encerrando um ano de muitas atividades nesta Casa.

Nesse projeto que foi apresentado à Casa, considerou-se a realidade nua e crua. O Estado de Minas apresenta-nos seu projeto de receitas observando a realidade e as necessidades. Para sua elaboração, ouviu-se principalmente o clamor das nossas regiões, e ele mostra claramente as intenções do governo de Minas e do Governador Anastasia para o ano de 2013. Se as receitas tivessem sido fixadas no dobro do que está aqui, ainda seria um valor insuficiente para fazer face às necessidades do nosso Estado. Mas o projeto foi elaborado de maneira artesanal e peculiar: com muito respeito, tomou-se o cuidado de visitar as regiões e ouvir o que cada uma tem e do que precisa.

Assim, companheiros Deputados e Deputadas, entendemos que estamos aptos e prontos para votar esse projeto. Ao mesmo tempo, queremos trazer os nossos cumprimentos a esse grande Governador de Minas Gerais, que é o Anastasia. É um Governador diferente dos outros; um Governador que tem respeito pelo povo mineiro. É um Governador que lidou com o funcionalismo de maneira respeitosa e com muita competência, atendendo demandas históricas que foram apresentadas a esta Casa e eram motivo de reivindicações por parte do funcionalismo público. Enfrentou um difícil momento com a greve dos funcionários da área da educação, mas, com muita paciência, harmonia e tranquilidade, soube ouvir os funcionários e resolveu a grande maioria das demandas, necessidades e reivindicações dos trabalhadores que constroem essa educação tão importante para o nosso Estado e para a nossa gente.

A propósito, com relação à área da educação, vivi antontem um dos momentos mais bonitos de toda a minha vida, caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em um povoado chamado Brejo do Mutambal, em Varzelândia, um distrito com mais ou menos 2 mil pessoas, que recebe alunos de todos os povoados das imediações. Inauguramos ali uma escola pública que ninguém sonhava pudesse ser construída naquele povoado. Confessou-me a Secretária Ana Lúcia Gazzola que no governo Anastasia foram inauguradas mais de 1.300 obras como essa: escolas foram construídas ou reformadas; centenas de quadras poliesportivas foram construídas; dezenas de ônibus ou “vans” foram destinados ao transporte escolar. Isso mostra claramente a opção de Minas Gerais de valorizar de verdade a educação pública neste Estado, segurando a bandeira da educação para dizer que em Minas Gerais se pratica uma educação de qualidade e valorização. É óbvio que o Governador gostaria de atender muito mais do que pôde, mas o Estado paga uma dívida astronômica com a União e tem o seu orçamento muito reduzido.

Há pouco apresentamos em Brasília uma forma de tentar aumentar as nossas receitas pelos “royalties” do petróleo, mas tivemos o veto da Presidenta – é um direito dela, que respeitamos, mas espero que o Congresso reveja esse veto, para podermos atender a grande maioria dos Municípios mineiros.

Na área da saúde, tivemos grandes avanços. Minas Gerais é um Estado que também investiu muito na saúde. Houve a construção de unidades de saúde; e não estamos falando de uma ou duas unidades, mas de centenas de Unidades de Saúde Básica, valorizando o atendimento na ponta do sistema, valorizando os profissionais. Houve o Programa de Apoio aos Hospitais Regionais, lançado na época do então Governador Aécio Neves, que teve continuidade importante no governo Anastasia, atendendo os hospitais regionais. Muitos hospitais só estão funcionando hoje - funcionando bem - porque contam com recursos do Pro-Hosp, porque, se não fossem esses recursos, esses hospitais teriam fechado suas portas, teriam piorado o atendimento, tornando-o precário, como é o atendimento da saúde pública no nosso país.

Vejo aqui o Deputado Doutor Wilson Batista, nosso médico, que pertence à Comissão de Saúde, e questiono quantas discussões, Doutor Wilson Batista, tivemos na Comissão de Saúde, e em todas elas contamos com a presença de dirigentes de hospitais, de dirigentes de entidades filantrópicas, que pediam socorro a Minas Gerais; e o Estado nunca se negou a prestar socorro a esses hospitais filantrópicos e públicos. Se não fosse esse socorro, esse apoio, se não fosse a presença do governo Anastasia, do Secretário Antônio Jorge, que tem nos ajudado muito, que tem auxiliado o Estado de Minas Gerais, auxiliado os hospitais filantrópicos, as cidades sedes, as cidades regionais, nós estaríamos numa situação muito difícil.

Agora, por exemplo, o Governador Anastasia determinou que fizéssemos todo esforço possível e necessário para que Minas Gerais, ainda neste ano, 2012, alcance os 12% de investimentos dos recursos públicos do Estado na saúde, na ponta do sistema, no atendimento, fazendo face à Emenda 29. Esse é um ato de grandeza, um ato de amor, de respeito aos nossos trabalhadores, aos cidadãos de Minas Gerais. E um grande pleito, Deputados Doutor Wilson Batista e Duarte Bechir, nesta casa, onde ocupo uma cadeira por 18 anos, para os médicos, para as pessoas que trabalham no sistema de saúde, foi quando o Governador veio corrigir um erro, ou uma falha, ou uma omissão histórica que existia em Minas Gerais: valorizar os médicos que atendem na rede pública do Estado de Minas Gerais. Os médicos recebiam salários aviltantes, indignos, e por meio de um projeto do Governador nós vamos recompor o salário desses médicos – a grande maioria aqui já está se aposentando –, atendendo principalmente os que se encontram lá na ponta, que atendem a população e sabem o valor e a importância de um atendimento dessa envergadura ao povo de Minas Gerais.

E isso para não falar, Deputado Duarte Bechir, dos outros programas lançados, do Programa Viva Vida, do Programa Mães de Minas. Quando todo programa de Minas é lançado, ele tem suporte financeiro para poder fazer face aos investimentos que são feitos na área da saúde. O Programa Viva Vida, em Minas Gerais, salvou milhares de vidas de mulheres que estavam condenadas a morrer com câncer de mama, com câncer no colo do útero. Ou melhor, esse programa atendeu milhares de mulheres na prevenção do câncer



de mama e no colo do útero em 26 regionais, em 26 cidades. E tudo isso foi feito dentro de uma realidade muito cruel, que são os poucos recursos de que os Estados dispõem para fazer face a tantos investimentos e a tanta demanda. O governo federal, como sabemos, conhece essa preocupação. Minas Gerais liderou o movimento para que o governo Dilma, o governo federal possa aplicar, a partir do próximo ano, pelo menos 10% na saúde pública. E nós não podemos - principalmente eu, do meu partido, do PDT, que apoia a Presidenta Dilma, em quem enxergamos uma pessoa digna, uma pessoa correta, uma pessoa sensível - deixar de engrossar esse trabalho, esse movimento que foi feito pelo Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, para que contemos com esses investimentos do governo federal a partir do próximo ano.

Acho que tudo isso é um somatório de esforços. Sabemos perfeitamente que política é dessa maneira. Há algumas pessoas que às vezes defendem uma opinião, um ponto de vista, mas temos que entender também a grandeza do contraditório, a grandeza das pessoas que se esforçam para fazer um Estado melhor e trazer qualidade de vida. O nosso Governador é uma pessoa preocupada, sensível. Não fez tudo o que queria, mas fez o que era possível dentro da realidade orçamentária de Minas Gerais.

Quero demonstrar, na minha fala, que entendemos que o nosso Orçamento que foi executado este ano, o trabalho que foi feito este ano, sem nenhum escândalo, sem nenhuma denúncia de malversação dos recursos públicos de Minas Gerais, com todas as dificuldades, foi feito dentro de uma harmonia, de um pensamento, dentro do que era possível fazer. Fico feliz em poder, nesta última reunião, trazer a presença do Governador, realçar o seu trabalho, mostrar o seu interesse, o seu esforço para fazer uma Minas melhor e digna para se viver.

Continuarei meu pronunciamento, mas gostaria de atender e ouvir o nosso grande Líder, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. nos dá a oportunidade, neste encaminhamento, de fazer uma reflexão. V. Exa. fala do Orçamento de 2012 para 2013, e voltarei há 10 anos atrás, ao final de 2002, quando, em 2003, assume o nosso Senador Aécio Neves o governo de Minas. Tínhamos um desencontro no Orçamento, Minas tinha um prejuízo anual que não lhe permitia fazer nenhum investimento, nem sonhar com obras importantes, porque o que se gastava aqui era mais do que se arrecadava. Não havia o encontro, e houve a necessidade do choque de gestão. Quando V. Exa. retrata os investimentos, o quanto Minas está avançando, tenho que me reportar a 2002, quando assume o governo de Minas o nosso Senador Aécio Neves, com a ajuda importantíssima do hoje Governador Anastasia. Foi naquele momento que começamos a equiparar, e podemos hoje afirmar que o Orçamento de Minas promete obras importantes e faz investimentos em todos os setores e em todas as regiões.

Veja bem que V. Exa. é um dos Deputados votados na região Norte - Montes Claros e toda aquela região que teve oportunidade de conhecer -, e eu votado na região Sul. Se V. Exa. traz as realizações do Norte, quero aqui também enaltecer as realizações do Sul, neste governo que busca, a todo instante, novos e valorosos investimentos para o Estado de Minas Gerais. Quando V. Exa. fala do Governador Anastasia, eu também gostaria de, ao lado de V. Exa., ratificar o valor que esse Governador tem. Um homem de responsabilidade, de credibilidade. Outra coisa, Deputado Carlos Pimenta, que é do nosso conhecimento é que, nos Estados que o Governador Anastasia visita e nos países a que vai, ele é aclamado, respeitado, em todo o Brasil e exterior, pela administração séria, competente e comprometida com a honestidade e a organização séria do Estado de Minas Gerais.

Mas, ao receber aqui o Projeto de Lei nº 3.471/2012, ainda podemos fazer uma reflexão um pouco mais adiante daquilo que poderia já estar acontecendo, mas que ainda não está em detrimento da ausência de uma decisão do governo federal em poder nos brindar com o debate, o pacto financeiro, a reforma tributária, que equipará as grandezas dos Estados. E V. Exa. também nos traz o debate dos "royalties" do petróleo. Hoje, numa discussão, o próprio Deputado Rogério Correia dizia - e ele está aqui ao lado - que muitos Deputados do PT também votarão pela derrubada do veto, e que a Presidente, claro, como Presidente da República, para defender os contratos já assinados, teria de tomar essa decisão, mas que o prejuízo dos demais Estados e de Minas Gerais é absurdo. O Projeto de Lei nº 3.471 poderia ser ainda maior, mas não é porque os Estados e o mundo passam realmente por um momento de muita dificuldade. A crise mundial chegou a todos os quatro cantos do mundo. Deputado Carlos Pimenta, países da Europa estão passando por dificuldades e greves - aliás, estamos vendo aí a Grécia. Então, todos estão sentindo os efeitos da crise. No entanto, estamos comemorando investimentos em Minas.

Os investimentos, alguns ou muitos deles, são feitos mediante empréstimos, sim. Agora, pergunta-se: "Por que, Deputado Carlos Pimenta, estamos fazendo empréstimos?". Porque ganhamos capacidade de fazê-los. Isso é algo que não tínhamos quando o Aécio assumiu o governo de Minas. Como o Estado buscará um recurso se não tem capacidade de pagamento? Hoje Minas pode fazer isso porque voltou a ter credibilidade e capacidade de pagamento e investimento. Por isso Minas Gerais tem feito os empréstimos e continua a fazê-los e honrá-los e, aliás, mais do que isso, a usar bem os recursos públicos. Isso é fundamental. Projetos importantes estão para acontecer em nossa Minas Gerais.

Ao encerrar as minhas palavras, queria dizer que poderíamos estar fazendo muito mais. Isso é claro. No entanto, dentro daquilo que temos condições, este governo é histórico. Anastasia merece o nosso respeito. Quero compartilhar a fala de V. Exa. neste encerramento e dizer que nós, mineiros, nos orgulhamos do Governador que temos. Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Deputado Duarte Bechir, obrigado. O que V. Exa. está dizendo é a pura verdade e realidade. O debate é importante e salutar e tem de existir. Cada um puxa para o seu lado dentro de uma realidade e de um contexto, mas não podemos tapar o sol com a peneira. Entendo o que V. Exa. diz e o esforço que o governo está fazendo em todos os setores para transformar Minas Gerais, ou seja, fazer dele um Estado harmônico, com qualidade de vida e geração de empregos, bons e decentes empregos. O Governador está se esforçando muito para isso.

Ontem mesmo, por ocasião do encontro de final de ano que tivemos, o Governador mostrava que Minas é o Estado que hoje, em todas as pesquisas, de institutos de todo o mundo, relativas a investimentos, tem a garantia de investimentos. Sabem por quê? Porque no nosso Estado as regras não mudam. Temos uma guerra fiscal com os outros Estados. No entanto, Minas tem o norte e a sua legislação que protege quem quer vir e investir no Estado. Não mudamos a regra durante o jogo. Aqui, podem vir os investidores e a iniciativa privada. Além disso, as pessoas que têm dinheiro para investir - aliás, que querem investir no Brasil - que invistam em Minas Gerais.



Daqui a pouco concedo um aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Agora mesmo, na cidade de Montes Claros, o Governador proporcionou para o Norte de Minas investimentos que nunca imaginávamos - aliás, investimentos que mudarão a realidade da metade de Minas para cima. Por exemplo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a SAM é uma empresa de grupos nacionais e internacionais, que só no ano que vem investirá US\$7.000.000.000,00 na área da mineração. Até 2015, estamos falando em US\$42.000.000.000,00 na exploração do minério de ferro, gerando 40 mil empregos.

Peço vênua a V. Exa. para relatar um fato que mostra a personalidade de um homem público como o Governador Anastasia. Quando essa empresa foi até lá, apresentou a sua proposta de investimento e disse que queria transformar o Norte de Minas, explorando o ferro e o exportando para China, Índia e países asiáticos, o Governador perguntou como iriam transportá-lo. Responderam: “Vamos transportá-lo no mineroduto”. O Governador, sabedor e consciente da falta de água no Norte de Minas, da dificuldade por que passa o norte-mineiro, que durante sete, oito meses não tem água para beber, disse que só entraria no projeto se apresentassem outro projeto para construir uma grande barragem no Norte de Minas, para atender o mineroduto e um projeto de irrigação, de assentamento social de mil famílias. Nesse momento foi feito o compromisso de construção da Barragem de Vacaria, que estava projetada há mais de 20 anos no DNOCS, o Estado não possuía recursos, e a União não queria investir os recursos. Então, essa empresa, naquele momento, fez o compromisso de construção da Barragem de Vacaria.

Vejam a sensibilidade, a diferença que faz um governante que quer e acredita na força do empreendimento, na força do trabalho, que acredita que é importante trazer recursos de empresas multinacionais para o Estado, mas não se esquece em nenhum momento da sensibilidade do povo do Norte de Minas e das dificuldades por que passa em virtude da falta de água. Nesse momento ele conseguiu acrescentar ao projeto R\$160.000.000,00 para se construir mais essa barragem e levar o programa de irrigação às mais de mil famílias pronafianas, para terem o seu pedacinho de terra, plantar e sobreviver. Essa é a diferença que faz a sensibilidade que têm determinadas pessoas, como o Governador Anastasia e a Presidenta Dilma, que entendem o sofrimento do povo e fazem a diferença. Não basta apenas ter conhecimento das questões legislativas, tributárias, ter influência para trazer empreendimentos de fora se não se conhece a alma do povo do seu país e do seu Estado. Esse fato nos enche de orgulho e nos dá força para estar aqui e defender o Governador e dizer que Minas, graças a Deus, tem no Governador Anastasia um governante capaz, correto, sério e que conhece os mínimos problemas do nosso Estado e do nosso povo.

Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Nesse mesmo vácuo em que V. Exa. se manifesta, nesta derradeira reunião do Parlamento este ano, quero compartilhar com V. Exa. reflexões sobre a governabilidade de Minas Gerais. Aliás, é necessário que se diga que, há poucos dias, o nosso Governador esteve em São Paulo representando o governo de Minas, o seu governo extraordinariamente reconhecido por todos, para receber o prêmio de melhor gestor público em administração. É dele, sim, todo esse trabalho de choque de gestão, em que o Governador Aécio, ao longo do tempo, conseguiu celebrar uma grande parceria entre Minas e os Municípios. V. Exa. foi um grande Secretário de Trabalho, fez com que a sua pasta celebrasse com tantos Municípios uma ação legitimada para garantir emprego e renda, e percebeu a preocupação do nosso Governador com todos os segmentos, como saúde, educação e obras públicas.

Quero também destacar a participação efetiva do nosso Governador no Sul de Minas, que sempre lembrou muito da área da saúde, estradas e casas populares.

Além do mais, caríssimo Deputado Carlos Pimenta, a parceria que o nosso Governador faz com os Municípios indistintamente. Quando se faz a apresentação de algum projeto ou de algum convênio, inúmeros Prefeitos de cores partidárias distintas comparecem lá recebendo, além de seus projetos, recursos para o nosso Município.

Quero parabenizar V. Exa. e manifestar a nossa enorme satisfação em serrar fileiras em torno dessa grande figura, desse grande homem público que, hoje, mais uma vez, dá o exemplo por tudo que Minas tem e faz, e faz bem. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Carlos Pimenta – Agradeço ao Deputado Dalmo, valoroso companheiro de várias legislaturas, a quem respeito muito e em cuja conduta ética, moral, correta e séria me espelho; conduta não apenas de um grande parlamentar, mas de um grande pai de família e de um grande amigo. Tenho certeza, Dalmo, de que V. Exa. engrandece muito este Parlamento, pela sua cultura, sensatez e amizade.

Acho que Minas Gerais tem uma grande Casa Legislativa, composta de mulheres e de homens que têm respeito pelas coisas que discutimos aqui quando devem ser discutidas, mas não podemos falsear a verdade. Num momento como este, temos de ressaltar as coisas boas das pessoas de bem. V. Exa., quando fala do Governador Anastasia e do ex-Governador Aécio, tem razão em falar com orgulho, porque tem muita gente por aí, muito político sobre os quais evitamos falar, pelo menos nesse momento. Mas, quando falamos sobre esse Governador, quando falamos sobre o que aconteceu em Minas, nos anos passados e principalmente neste ano, temos de falar com orgulho, porque Minas Gerais tem dado a demonstração de que é um Estado que tem de servir, e serve, de exemplo para muitos outros Estados; de exemplo de governabilidade para muita gente. Espero que o exemplo do Governador seja espelho também para os novos Prefeitos que assumirão a partir de janeiro do ano que vem, para que tenham paciência, cuidado com a coisa pública e com os recursos públicos. Tenho certeza de que exemplo é o que não falta em Minas Gerais. Muitas vezes, falta juízo para algumas pessoas, mas bons exemplos nós temos.

Neste momento, quero ouvir o Líder do Governo, grande companheiro, grande amigo, Deputado Mourão, aqui presente. Mourão, quero, inclusive, dizer-lhe que V. Exa. também é outro parlamentar que traz harmonia a esta Casa - com sua maneira correta, sempre séria e sempre solícita; um parlamentar que atuou muito por ocasião da nossa Constituição, um Deputado constituinte. Quis o destino que o nosso Governador fosse seu auxiliar na época da constituinte. Acho que V. Exa., mais que qualquer um de nós, conviveu com esse grande político, que é o nosso Governador Anastasia. Então, queria ouvi-lo com muito prazer, mas, antes, quero manifestar o nosso apreço, o nosso respeito ao trabalho que V. Exa. tem feito nesta Casa. Se alguém é dono da paciência nesta Casa, esse alguém é V. Exa., pelos momentos difíceis pelos quais passou, sempre mantendo a serenidade e a postura. Quero dizer que tenho muito orgulho



em ser colega de V. Exa. e saber que o Governador, esse grande homem público, tem em V. Exa. outro grande homem público, o Líder do Governo, que nos inspira e nos orienta.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, antes de assumir esta tribuna, V. Exa. teve a delicadeza de procurar o Líder de Governo – e tenho a honra de exercer o cargo – para dialogar sobre a conveniência de assumi-la para proferir o discurso que está pronunciando. Mostramos a V. Exa. a nossa preocupação e ficamos a pensar: “Será que alguém ou algum colega pensará que o Deputado Carlos Pimenta, ao falar, está querendo obstruir a pauta?” Tivemos também a preocupação de V. Exa., com seu discurso, provocar uma polêmica e retardar muito a votação de projetos extremamente importantes que estão na pauta e que ainda votaremos hoje, que são o Plano Plurianual e o Orçamento do Estado para 2013.

Mas V. Exa. está colocando a questão com tal equilíbrio que não há nenhuma possibilidade de provocar polêmica. V. Exa. está reiterando a verdade. V. Exa. está com paciência, com tolerância, mas com sabedoria, restabelecendo a justiça, da tribuna desta Assembleia. Realmente, o povo do Estado de Minas Gerais, ao ouvir tantas críticas injustas, e muitas repercutem, fica incomodado e pergunta: como os Deputados da base do governo não respondem?

Agora mesmo acabamos de ouvir as palavras de um colega nosso, e o Deputado Rômulo Viegas, que está hospitalizado em razão de uma cirurgia de septo, mas está nos acompanhando pela televisão, acabou de me enviar uma mensagem e de me telefonar, dizendo que é preciso que alguém restabeleça a verdade. Foi quando lhe disse que V. Exa. estava inscrito e iria falar.

Quando V. Exa. fala sobre o governo Aécio Neves e sobre o governo Anastasia, está mostrando para o povo de Minas Gerais as injustiças que se praticam contra esses dois homens públicos. De Aécio Neves, ouvimos toda hora que ele quebrou Minas Gerais. Toda hora falam dele, mas não se ouve muita crítica a Anastasia, porque ele não é candidato à Presidência da República. O Governador Anastasia está fazendo, sem dúvida, um dos maiores governos da história de Minas Gerais, comparado ao do ex-Governador Aécio Neves. Mas ele não é candidato à Presidência da República. Com certeza, há mineiros – felizmente, não são muitos – que não querem ver o mineiro Aécio Neves na Presidência da República. Mas, nós queremos ver. Não é porque ele é um possível candidato à Presidência da República que não vamos reconhecer o trabalho que fez pelo Estado de Minas Gerais. Os mineiros, quando ouvem falar nessas questões contra Aécio Neves, na sua imensa maioria não acreditam, não dão valor, entendem que são palavras vazias jogadas ao vento ou ao vácuo. Isso porque as obras, em todos os cantos de Minas Gerais, testemunham o seu trabalho. As obras falam, e falam permanentemente, e falam alto. Em todas as áreas, elas estão falando. Todos os Prefeitos de Minas Gerais, todos os Municípios receberam, pelo menos, seis obras cada um no governo Aécio e Anastasia. Então, quando se fala tudo isso da tribuna, as obras desmentem por si sós, em todo o Estado de Minas Gerais.

Voltando ao Governador Anastasia, também mencionado com muita justiça por V. Exa., é um dos maiores executivos do País. Já foi dito por V. Exa., pelo Deputado Duarte Bechir, que o apartou, e pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva que, em todos os cantos a que chegam, as referências são as melhores sobre esse grande homem público de Minas Gerais. V. Exa. lembrou que ele foi nosso assessor quando fomos relator da Constituição mineira de 1989. Na época, ele tinha 28 anos incompletos, e já revelava todo o seu talento, toda a sua inteligência. Dali para a frente, o único convite que o Governador Anastasia teve, a única vez que foi apresentado, foi preciso ele chegar e alguém pedir a ele, foi aquela vez em que ninguém o conhecia. Foi quando ele nos foi indicado para o cargo de assessor, ele era funcionário da Fundação João Pinheiro. O Presidente Kemil Kumaira requisitou, e ele veio, ficando mais de um ano conosco, uma média de 15 horas por dia, quando revelou todo o seu talento. Dali para a frente, foi convocado para assumir várias atribuições, até ser convocado pelo povo de Minas Gerais, por imensa maioria, para ser o nosso Governador.

Já estou vendo aqui alguns Deputados querendo que aceleremos, para se fazer a votação. No entanto, Deputado Carlos Pimenta, neste aparte quero dizer que, quando se diz que Minas Gerais está em situação difícil, precisamos nos lembrar do que falaram as maiores agências internacionais de classificação de riscos e de desenvolvimento da economia dos países, Estados, empresas e grandes bancos. Entre as maiores está a Standard & Poor's, que todos conhecem. Essa agência norte-americana de classificação avaliou as contas de Minas Gerais, atribuindo-lhe a nota máxima BBB, primeiro degrau da escala global do “ranking” nível de risco. Essa mesma empresa reprovou as contas da Espanha, da Itália, da França, da Grécia, e assim por diante, mas colocou Minas com a nota máxima. Alguém pode dizer que isso foi há muito tempo. Não, foi neste ano. Ontem nos chegou a notícia de que outra grande empresa internacional de classificação de risco, chamada Moody's, classificou Minas Gerais no grau BAA3. Estava no grau BAA1. Os outros dois Estados brasileiros classificados foram São Paulo e o Rio de Janeiro, ambos com o grau BAA2.

Isso gerou a capacidade de endividamento de Minas Gerais. Não vou ler todas as considerações, porque meu tempo não permite. Uma delas diz que o “ranking” também incorpora dívida considerável do Estado, mas que está diminuindo vagarosamente para os níveis da receita. Uma reestruturação recente da dívida com a Cemig, nossa companhia estadual de energia elétrica, ajudou o Estado a melhorar seu perfil de dívida. A empresa termina as considerações dizendo: “O que poderia levar ou rebaixar o “ranking” dos Estados? Para o Estado de Minas Gerais uma continuação sustentada de resultados fiscais positivos, combinada com uma queda dos níveis de dívida sobre a receita, poderia exercer pressão positiva sobre os 'royalties’”.

Estou mostrando dados técnicos, respondendo a algumas alegações levianas, feitas muitas e muitas vezes da tribuna desta Casa. Estamos com documentos nas mãos, conforme nos compete. Temos de dar informações fundamentadas e documentadas sobre o governo Anastasia em Minas Gerais, sucedendo à altura e em igualdade de importância o governo de Aécio Neves.

Para terminar, Deputado Carlos Pimenta, ninguém pode se esquecer do ProAcesso e de tantas obras feitas nos governos Aécio e Anastasia. Todos precisamos nos lembrar do programa Caminhos de Minas, no valor de R\$7.000.000,00, investimento que aprovamos nesta Casa e que o Governador Anastasia já iniciou em Minas Gerais, ligando inúmeros Municípios mineiros para facilitar o escoamento da produção e melhorar a qualidade de vida dos mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta – Agradeço ao Deputado Bonifácio Mourão, que, de maneira muito competente, como é de seu feitio, vem mostrar que é importante ressaltar e enaltecer pessoas que fizeram e fazem acontecer em nosso Estado. Não é à toa, Bonifácio Mourão, que temos hoje esses investimentos em Minas Gerais. Este é o Estado que mais recebe investimentos, pois tem estabilidade.



As pessoas sabem que, se investirem em Minas, terão retorno. Elas sabem perfeitamente que o Governador faz o possível e o impossível para que as empresas venham para cá, sempre resguardando questões sociais em nosso Estado.

O Norte de Minas vai se transformar na maior região mineradora do País. O Norte de Minas vai se transformar na maior região de exploração de gás natural. A reserva de gás da Bacia do São Francisco, Deputado Bonifácio Mourão, é a maior. As nossas reservas são maiores que as da Bolívia. As pessoas estão perfurando, as pessoas vão extrair o gás, as pessoas vão dar esse impulso econômico ao nosso Estado. Tudo isso acontece. Vejam o caso de Extrema, no Sul de Minas. As empresas estão deixando de se instalar em São Paulo e estão se instalando na divisa de Minas com São Paulo, porque sabem que lá terão um ambiente seguro, um ambiente propício para se desenvolverem, para gerar emprego, para ganhar dinheiro, mas também para proporcionar riqueza ao povo. Podem ir ao Triângulo, ao Jequitinhonha e a todas as regiões.

Estamos aqui hoje não para fazer uma defesa, mas para falar naturalmente sobre o que está acontecendo em Minas Gerais. O Governador Anastasia não precisa de Carlos Pimenta, Bonifácio Mourão, Bosco, Duarte Bechir ou de quem quer que seja para fazer sua defesa. Só defendemos quem tem culpa no cartório. Estamos aqui mostrando a realidade, o que está acontecendo em Minas Gerais. Isso tem de ser levado à população. Governar o Estado não é governar uma cidade. Governar Minas Gerais é diferente. Somos o coração do Brasil, somos o Estado central do Brasil, tudo passa por Minas. É o Estado que tem a maior malha viária do País, é o Estado onde as coisas acontecem, é o Estado em que as fazemos acontecer, não só no setor econômico, mas também no setor político.

A partir de 2014, o centro nevrálgico político do País vai estar em Minas Gerais, não tenham dúvida. Hoje temos um expoente no Supremo Tribunal Federal, que é de Minas Gerais. As coisas acontecem aqui, e saem daqui os bons exemplos. Temos de valorizar o que é nosso e deixar as paixões de lado. Temos de mostrar o que tem de ser criticado, o que deve ser criticado de forma construtiva. Temos de entender isso. O coração do mineiro é diferente. O coração das pessoas que moram em Minas, que torcem por Minas, que trabalham por Minas, tem de ser diferente.

Queria, antes de terminar a minha fala, ouvir o nosso companheiro Bosco. Depois, concluirei rapidamente, em 2 minutos. É grande a minha alegria em estar aqui hoje fazendo esse discurso, não porque fui Secretário do Governador, o que me deu uma honra muito grande. Tiramos Minas do 5º lugar em geração de emprego e passamos para o 2º lugar. Trouxemos para cá programas sociais.

Ontem, em Montes Claros, Mourão, inauguramos a primeira lojinha da economia popular solidária do País, com o apoio do governo Anastasia e da Presidenta Dilma. Isso é que me faz estar aqui hoje empolgado, que me faz olhar para trás e dizer que valeu a pena, e vale a pena sim. Muitos políticos têm vergonha de ser políticos. Há muito político que se esconde quando se fala em política. Tenho orgulho de ser político, porque a política que exercemos e praticamos aqui no nosso Estado, com o nosso povo, é uma política de resultados, de bons resultados.

Bosco, quero ter o prazer também de ouvi-lo. V.Exa. é um parlamentar amigo e companheiro. É bom, no apagar das luzes, termos ao nosso lado pessoas como V. Exa., Mourão, Rogério Correia, esse grande amigo, e meu Líder, Sargento Rodrigues. Concedo aparte ao Deputado Bosco.

O Deputado Bosco (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, inicialmente agradeço-lhe essa oportunidade. Queria me inscrever para também entrar na discussão do Projeto nº 3.471, o projeto da Lei Orçamentária de 2013. Com o avançar da hora e tendo em vista que há inúmeros projetos a serem discutidos e outros inscritos também, resolvi solicitar esse aparte até para que, de forma bem sucinta, possa dar também a minha contribuição, a minha colaboração.

Antes disso, gostaria de cumprimentá-lo por sua altivez, pela forma como V. Exa. tem feito a política, uma boa política, não só aqui na Assembleia, com seu retorno da Secretaria de Trabalho. Quero cumprimentá-lo também por ser esse homem público que é, atuando sobretudo na defesa das regiões, dos Municípios mais necessitados, mais carentes.

É uma honra poder fazer parte desta bancada, da qual V. Exa. também faz parte, e deste governo proativo, de resultados positivos. Não adianta quererem desvirtuar a realidade, pois sabemos que hoje, em Minas Gerais, temos um governo referência. Como V. Exa. já disse, esse governo é reconhecido nacional e internacionalmente. Faço parte deste governo, que é sequência dos dois últimos mandatos de Aécio Neves. Este governo trata a coisa pública, sobretudo os mineiros e as mineiras, da forma que precisam ser tratados e olha as necessidades e demandas apresentadas no cotidiano para realizar as ações governamentais.

Deputado Carlos Pimenta, gostaria de ressaltar a importância de outro projeto, que foi tão bem elaborado na gestão do atual Senador Aécio Neves e está tendo sequência neste governo: o Projeto Travessia. Esse projeto está criando oportunidades, sobretudo para os pequenos Municípios, os mais carentes, cujas Prefeituras, na maioria das vezes, não têm condições de contrapartida na busca de recursos junto aos governos estadual e federal. O Projeto Travessia está transformando inúmeros Municípios de Minas Gerais, especialmente os que têm apresentado IDH abaixo das médias estadual e nacional.

Outro programa que foi mencionado aqui pelo nosso Líder Bonifácio Mourão, que se iniciou também com o nosso grande Governador Aécio Neves e agora continua com o Governador Anastasia - antes era o ProAcesso - é o Caminhos de Minas. Esse programa, de 2012 a 2013, vai beneficiar inúmeros Municípios com mais de 7.000km de asfalto. Esse asfalto vai interligar os Municípios que ainda não possuem infraestrutura. Obviamente que, com essa ação, o governo investe mais no transporte rodoviário, incentiva mais o transporte rodoviário, já que, como V. Exa. disse, estamos no Estado que tem a maior malha rodoviária do País. Agora, o governo do Estado está dando sequência a esse grande projeto, contribuindo para o desenvolvimento econômico e oferecendo mais comodidade e conforto aos mineiros, e isso é feito por meio do Programa Caminhos de Minas.

Deputado Carlos Pimenta, quero destacar que dois grandes investimentos de mineração estão acontecendo também no Alto Paranaíba e contam, efetivamente, com o apoio do governo do Estado, do Governador Anastasia. O primeiro deles é feito em Serra do Salitre. A empresa Galvani está se instalando lá, preparando a região para um grande investimento na área de mineração. Lá será explorado também o fósforo. Outro grande investimento no Alto Paranaíba que terá repercussão não apenas em âmbito estadual mas também nacionalmente é a instalação da empresa Verde Fertilizantes, que descobriu, entre São Gotardo e Matutina, uma grande reserva de potássio. Sabemos que essa matéria-prima é importantíssima para a agricultura e para o agronegócio, que está crescendo muito em Minas Gerais e no Brasil. Hoje importamos 90% do potássio consumido no Brasil. É um dos itens que mais importamos.

Mais uma vez, Minas vai sair na frente, produzindo potássio a partir de 2015 para suprir não apenas as demandas de Minas Gerais mas também do nosso país.

Com certeza, são mais recursos que deixarão de sair do nosso país para ir a outros países, como Rússia, Canadá. Obviamente, o preço será mais acessível para as indústrias e, sobretudo, para os produtores, fomentando e valorizando a produção agrícola de Minas Gerais e do Brasil.

Deputado Carlos Pimenta, aproveitando a oportunidade, gostaria de cumprimentar o Secretário de Saúde, Antônio Jorge, pela brilhante gestão que está fazendo, com o apoio do governo do Estado de Minas Gerais. Ele tem feito a diferença nessa área. Temos a certeza de que, nesse quesito, Minas está dando um “show”, porque realmente os investimentos estão garantindo a saúde básica, o mínimo no nosso Estado, especialmente nos Municípios que não têm como arcar com as despesas. Hoje, são inúmeras as suas atribuições. Os recursos gerados nos Municípios acabam indo para o governo federal e não retornam a contento, como deveriam. Aí, cabe ao Estado socorrer, imediatamente, os hospitais municipais e estaduais, as santas casas, para suprir essa lacuna e oferecer uma saúde mais a contento.

Também não poderia deixar de falar sobre a educação, como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Ressalto o brilhante trabalho da Secretária Ana Lúcia Gazzola. Com muita coerência, ela tem dotado esse setor de toda a estrutura necessária, buscando sobretudo a valorização dos profissionais da educação. Sabemos que muito já foi feito, mas não é o bastante. Ainda há muito o que fazer. Tenho a certeza de que, com a disposição e a visão da Secretária e do Governador, nos próximos dois anos, sedimentaremos os projetos e programas já implementados e aqueles que serão lançados nos próximos dois anos, fazendo com que Minas Gerais continue avançando, sobretudo com qualidade, na área de saúde.

Por fim, com a sua aquiescência, Deputado, quero mandar um grande abraço a todos os conterrâneos da nossa cidade de Araxá, pela qual temos o maior carinho. Cidade referência no Alto Paranaíba que hoje completa 147 anos de emancipação e recebe a ilustre visita do Governador Anastasia. Não pudemos acompanhá-lo nessa visita, na entrega da Medalha Calmon Barreto, ocorrida hoje por volta de meio-dia, porque tínhamos a atribuição de apreciar matérias aqui. Mas aproveite a oportunidade para mandar um abraço fraterno a todos os meus conterrâneos, pela comemoração dos 147 anos de emancipação de Araxá. Cidade que tem um grande potencial e contribui muito com Minas Gerais, sobretudo no que diz respeito à geração de emprego e renda. Muito obrigado, Deputado. Parabéns pela sua atuação.

O Deputado Carlos Pimenta – Obrigado, Deputado Bosco. Faço coro com suas palavras em relação à cidade de Araxá, que é bem administrada pelo Prefeito Jeová, do PDT. Deixo os nossos cumprimentos a V. Exa. e a toda a população de Araxá.

O tempo passa rápido. Estamos aqui para falar de coisas boas. Teríamos muito a dizer, mas finalizo agradecendo ao Governador e, de maneira muito especial, ao Deputado Zé Maia, relator do Orçamento, pelo acolhimento de uma emenda importantíssima para o Norte de Minas, para Montes Claros. Estamos conseguindo recursos no valor de R\$1.000.000.000,00 para fazer face à contrapartida para a construção do museu histórico de Montes Claros, do Norte de Minas. Esses recursos são do governo federal, do Ministério da Cultura.

Isso vai restaurar pessoas e personagens importantes que fizeram a história de Montes Claros e do Norte de Minas. Pessoas como Edgar Pereira, cujo centenário está sendo comemorado; Toninho Rebello, nosso ex-Prefeito; Dr. Crisantino Borém, grande médico e ex-Prefeito de Montes Claros; Hermes de Paula, Pedro Santos e tantos outros personagens que fizeram a história do Norte de Minas. Portanto agradeço ao Deputado Zé Maia, relator do projeto do Orçamento, que nos atendeu, destinando esses recursos à construção do Museu Histórico de Montes Claros, no Norte de Minas.

Na pessoa da Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, cumprimento o povo da cidade de Capelinha. Ela foi designada como Subsecretária de Assistência Social, o que foi publicado hoje no “Minas Gerais”. Será a Subsecretária de uma das pastas mais importantes do governo, a da ação social. Deputado André Quintão, ela trará um grande avanço e um grande benefício à população de Capelinha, que ficou triste com a morte do atual Prefeito eleito, o Dr. Pedro Vieira. Ele morreu recentemente, no dia 9, vítima de uma complicação cardíaca. A cidade chorou a perda de seu Prefeito. No entanto, hoje, a Sra. Juanita Maria Godinho Pimenta será nomeada pelo Governador Anastasia como Subsecretária de Assistência Social de Minas Gerais. Então os nossos cumprimentos à Sra. Juanita e ao povo de Capelinha. Um grande abraço a cada um de vocês e à imprensa, que fez a cobertura neste ano.

Termino pedindo a Deus que nos abençoe, desejando um feliz Natal às famílias mineiras, às famílias dos Deputados, dos funcionários e do povo de Minas Gerais. Que 2013 possa ser um ano melhor do que foi 2012, principalmente para o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* – Cumprimento o Deputado Duarte Bechir, que preside esta sessão; o Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente da Assembleia Legislativa; as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados; os telespectadores da TV Assembleia, a bancada da imprensa, as senhoras e os senhores das galerias.

Sr. Presidente, em nome da Liderança do PT, este ano optei por fazer uma análise do Orçamento do ponto de vista político-social que será implementado. Porém quero fazer uma análise de números com as senhoras e os senhores. O Orçamento será a alma do que moverá o governo durante o próximo ano, por isso ele tem todo esse charme especial na aprovação, na discussão, na análise, porque, a partir dele, Deputado Fred Costa, enxergamos a alma do governo naquilo que se propõe no Orçamento. O Deputado Hely Tarquínio, nosso filósofo desta Assembleia Legislativa, sabe bem disso. Então procurei fazer uma análise mais aprofundada do Orçamento, junto com a assessoria técnica da nossa bancada, e queria passar aos senhores um pouco disso.

O Orçamento de 2013 encaminhado será votado por nós. Já anuncio aqui que a Bancada do PT votará favorável ao Orçamento, apesar de todas as críticas que aqui faço, porque, evidentemente, não nos pautamos pelo quanto pior, melhor. De forma alguma. O Orçamento é uma necessidade; então, mesmo com as críticas, votaremos favoravelmente, porque é um orçamento do governo.

Apresentamos emendas, apresentei também emendas de destaque agora. Mas votaremos favoravelmente, mesmo com todas essas críticas. É bom fazermos esse parêntese, a votação favorável se dá num quadro de análise crítica do Orçamento e também em uma análise de responsabilidade com o Estado, não permitindo que fiquemos um período grande sem Orçamento.

Faço essa ponderação, Sr. Presidente e Deputado Elismar Prado, porque a oposição ao ex-Presidente Lula foi tão dura que uma vez o Brasil ficou seis meses sem Orçamento. O PSDB e o DEM não aprovaram o Orçamento da União, e o Lula precisou governar um grande período sem Orçamento, tamanha a irresponsabilidade da oposição tucana e democrata com o Brasil. Às vezes reclamam que somos duros na Oposição. Somos duros na crítica, radicais no conteúdo, de irmos à raiz do problema, mas não somos irresponsáveis de deixar, no caso aqui, o Estado sem Orçamento.

Pondero isso, Deputado André Quintão, já anunciando o voto do PT favorável ao Orçamento, apesar das críticas que farei aqui e das alterações que pretendemos ainda fazer. O Orçamento parte, em primeiro lugar, da premissa de um crescimento econômico de 5% no Estado e de uma previsão inflacionária de 4,5%. É, portanto, uma previsão mais otimista do que a do mercado, que tem uma previsão de crescimento do Brasil de 4,5% e uma inflação em torno de 4,76%. Portanto, há uma visão mais otimista, mas ponderada, sobre a questão do crescimento. Há uma concordância de que o Brasil crescerá. Aqui se estima esse crescimento, Deputado Hely Tarquínio, em aproximadamente 5% - seria o crescimento do País -, e a inflação em torno de 4,5%.

Esta é a primeira questão que quero levantar: por que essa previsão de crescimento de 5% do Estado? Porque é a mesma previsão que se faz de crescimento no País. Chamo a atenção dos Deputados e dos telespectadores para fazer uma análise dessa possibilidade de crescimento do Brasil, apesar da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos. Imaginem uma recessão no mundo, uma crise dos modelos capitalista e neoliberal, desemprego em alta na Europa e nos Estados Unidos. O mundo, nos países principais, está sendo criticado em seu modelo econômico, há recessão econômica na grande maioria dos maiores países. E nós fazendo uma projeção no Brasil de crescimento de 5%.

Alguns não entendem, portanto, como isso pode acontecer e por que o governo da Presidenta Dilma é tão bem-avaliado como o governo do Presidente Lula. Exatamente porque conseguimos fazer com que o Brasil tenha um índice de crescimento neste ano menor do que gostaríamos e do que o País precisa. Mas ainda é um crescimento com a característica de visão de renda, e o País está se preparando para ter um crescimento maior durante o ano que vem, na base de 5%. Felizmente. Já pensaram se começássemos a discutir o Orçamento de Minas com uma previsão de recessão, com corte em tudo quanto é área? Felizmente o governo federal tem tido políticas econômicas que sustentam esse crescimento.

Não foi sempre assim, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pelo contrário. O Brasil, na época da política neoliberal, tinha um crescimento pífio, pequeno. Fernando Henrique projetava crescimentos cada vez menores. E o pior, amarrado à dívida do FMI, à dívida externa e ao leilão das nossas principais empresas estratégicas de energia elétrica e telefonia. Por pouco não foram junto a Petrobras, o Banco do Brasil etc.

Então, era um modelo que internacionalmente seguia o chamado Consenso de Washington. Pior, Deputado Elismar Prado, sem nenhum patamar de divisão de rendas. O Brasil não dividia rendas; concentrava. O Brasil não crescia, por exemplo, a renda por meio do aumento anual do salário mínimo. Ele não seguia a inflação; diminuía cada vez mais, era cada vez menor. A renda dos brasileiros não se ampliava; diminuía. A miséria aumentava; não havia política de distribuição de riqueza como o Bolsa Família no tamanho que existe hoje em bilhões; não havia o Pronaf; não havia programa de crédito; não havia crescimento interno do mercado brasileiro. Então, vivíamos num período em que o País não crescia e, ao mesmo tempo, não dividia rendas.

Esse é o primeiro parêntese que faço. A expectativa do Orçamento de Minas parte da expectativa de crescimento de 5% para o Brasil e, evidentemente, com reflexo em Minas Gerais. Então, partimos de um pressuposto de crescimento, que é um reconhecimento de que a política econômica do Brasil vai bem e que o próprio Estado de Minas Gerais reconhece essa questão.

Apenas ainda em relação a esse aspecto nacional e mundial, é preciso verificar que esse crescimento será possível e será maior este ano por algumas ações da Presidenta Dilma. Destaco duas. A primeira delas diz respeito à redução da taxa de juros, muito sonhada, muito querida, muito desejada e muito reivindicada pelo Vice-Presidente José de Alencar, a quem, neste final de ano, deixo uma homenagem pelo que nos prestou como mineiro e como Vice-Presidente da República. Sempre se pautou pela redução das taxas de juros.

Quando a Presidenta Dilma reduziu a taxa de juros digo que o fez na marra, e reduziu-a de forma drástica. Ela enfrenta hoje uma resistência colossal dos poderosos, que são aqueles que manejam o capital financeiro nacional e internacional.

Deputadas e Deputados, telespectador da TV Assembleia, povo de Minas, imaginem o que é enfrentar o capital financeiro, que está acostumado com taxas altíssimas, e reduzir, em um ano, essa taxa de juros da forma violenta como a Dilma fez! Imaginem a resistência que tem isso, Deputado Hely Tarquínio. A Presidenta Dilma passou, evidentemente, a ser muito atacada por esse setor do capital financeiro, mas reduziu a taxa de juros, o que é fundamental para o povo brasileiro e também para a indústria brasileira, para se recuperar a economia do Brasil a partir da recuperação do parque industrial. Então, a redução de juros é uma contribuição fundamental para que, no ano que vem, tenhamos a expectativa de crescimento de 5%.

A segunda, tão importante quanto essa, é que comemoramos no dia de ontem a aprovação da Medida Provisória nº 579, que vai reduzir a conta de luz. Isso, junto com a desoneração da folha das indústrias, significa também um alento para o setor produtivo brasileiro. O Custo Brasil diminui com essas duas medidas, e a indústria, portanto, pode produzir mais, sem atacar os direitos dos trabalhadores. Sempre que se fala em desonerar a folha e diminuir o Custo Brasil, fala-se e se pensa, se for uma pessoa, um governo de conteúdo neoliberal, em cortar direitos. Tem sido assim na Europa. Cortam-se os direitos dos trabalhadores, diminui-se o 13º salário, diminui-se a licença maternidade. Aqui não. A Dilma promove o crescimento, por meio da desoneração da folha, em que o Estado passa a arrecadar menos, mas mantém o crescimento e as perspectivas e, ao mesmo tempo, diminui a conta de luz, que será um exemplo extraordinário para as indústrias.



Então, só foi possível pensarmos no crescimento de 5% para o ano que vem com essas três questões que expus: a diminuição da taxa de juros, a desoneração da folha e a redução da conta de energia elétrica para as brasileiras e brasileiros, para as residências e indústrias.

Sou aqui obrigado a fazer um parêntese, para dizer que isso ocorreu com a resistência do PSDB e, em especial, do Senador Aécio Neves. Quando critico o Senador Aécio Neves, isso aqui vira um quiproquó. Não estou fazendo nenhuma crítica pessoal, mas ao modelo que ele defende, que é o das concessionárias e o privatizante antigo, que não pode e não serve mais para o Brasil, em especial para o setor energético.

Nesse caso, o Senador Aécio Neves procurou aglutinar em torno de si a resistência à Medida Provisória nº 579, da Presidenta Dilma, que reduz a conta de luz. Felizmente, a medida foi aprovada no Senado, quebrando até mesmo a resistência do PSDB.

Estou apenas no início da minha fala, explicando que, se o Orçamento de Minas Gerais terá um crescimento de 5%, isso não será graças às medidas do governo do Estado, mas graças às medidas do governo federal. Estou fazendo essa contextualização para que depois não venham comemorar o crescimento do PIB do Estado como uma vitória particular. É claro que nosso PIB cresceu, como cresceu em todo o Brasil, em função das macropolíticas postas em evidência pela Presidenta Dilma e pelo governo central. Essa é apenas a primeira questão relativa ao Orçamento que quero abordar, mas, neste momento, concedo aparte ao nobre Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, Deputado Rogério Correia, a quem parabeneço por seu pronunciamento. Mais uma vez quero fazer um destaque que sempre reitero, porque a redução das tarifas de energia é uma nossa luta antiga, de há mais de seis anos, nos dois mandatos do Deputado Weliton Prado nesta Casa, quando também fui Deputado Federal, e mesmo de antes, quando nos dedicávamos aos nossos mandatos de Vereadores.

Mas esse foi um momento importante em que, como V. Exa. lembrou, vencemos uma grande resistência imposta por lideranças do PSDB e pela Cemig, controlada pelo Estado de Minas Gerais, que tentou impedir a todo custo a aprovação dessa medida provisória e, com isso, impedir que o povo brasileiro tivesse essa redução tão justa. Fato é que conseguimos vencer essa resistência. Tivemos Deputados aguerridos na comissão que foi indicada para elaborar o parecer final, como os Deputados Federais Jilmar Tatto, do PT de São Paulo, e Weliton Prado, do PT de Minas Gerais, que conseguiram fazer uma grande mobilização para a aprovação dessa medida provisória.

Mas, além de conseguirmos aprovar o texto base da Medida Provisória nº 579, como enviada pela Presidenta Dilma ao Congresso, também aprovamos emendas importantes. Uma delas trata da qualidade. As concessionárias de energia elétrica terão de se pautar pela qualidade. Infelizmente, a Cemig foi considerada a pior concessionária de energia elétrica da Região Sudeste em uma pesquisa que a Aneel realiza diretamente com os consumidores, que mencionaram a ocorrência de apagões, com prejuízo para o homem do campo, além das muitas interrupções de energia elétrica nas pequenas e nas grandes cidades, trazendo muito prejuízo. Isso se deve à falta de investimentos em todos esses anos. Mesmo com a Cemig alcançando lucros exorbitantes, ela não investia na segurança de trabalho para proteger seus servidores nem fazia a manutenção do sistema, haja vista a ocorrência de tantos acidentes fatais.

Mas a outra emenda aprovada trata da segurança. Além de observar a qualidade, as concessionárias de energia elétrica são obrigadas a adotar medidas eficazes de segurança no trabalho. Infelizmente, nosso Estado é líder em acidentes fatais no sistema elétrico; é onde mais morrem trabalhadores desse sistema, trabalhadores da Cemig - lamentavelmente, registra-se a média de uma morte a cada 45 dias. E há também os casos de morte e risco para toda a sociedade - lembramos a tragédia de Bandeira do Sul e de tantas tragédias e acidentes, principalmente em função de fios partidos. Então, queria destacar a nossa luta pela redução das tarifas de energia elétrica e a intransigência e a resistência do PSDB. Infelizmente o Senador Aécio Neves foi fazer todo enfrentamento em defesa dos acionistas da Cemig em detrimento de toda a população de Minas Gerais. Isso foi lamentável.

Quero aqui destacar a luta aguerrida do Deputado Weliton Prado na Comissão que tratou da medida provisória. Conseguimos aprovar o texto base, conseguimos aprovar emendas importantes. Vamos garantir uma redução significativa para a população e vamos continuar lutando para alcançar a meta colocada pela Presidenta Dilma - redução, em média, de 20% para as residências e de até 28% para as indústrias. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* – Obrigado, Deputado Elismar Prado. V. Exa engrandeceu meu pronunciamento. O Deputado Alencar da Silveira Jr. está solicitando um aparte, mas vou lhe conceder ao final, Deputado, senão não consigo engatar o meu discurso. Peço a V. Exa. para esperar. Concederei apartes ao final e peço aos Deputados que tenham paciência para escutar, senão não consigo raciocinar sobre o que pretendo dizer do Orçamento.

Como eu dizia, a estimativa de arrecadação do Estado passa a um valor bruto de uma receita fixa em R\$68.101.631.000,00; estima-se a receita, e se fixa a despesa em valor igual.

Deputados e Deputadas, peço aqui uma atenção especial por parte do Deputado Dinis Pinheiro. O Deputado Dinis Pinheiro tem feito, com razão, uma discussão nacional sobre ser preciso fazer uma transferência de renda para Estados e Municípios - a chamada justiça fiscal -, diferente do que é feito hoje, pois é muito concentrada no governo federal. Essa crítica tem sido constante. Sempre ouço Deputados repetirem aqui que a União concentra muita despesa, que precisamos fazer um novo pacto federativo. Ou seja, isso é muito dito aqui.

Deputado Dinis Pinheiro, veja V. Exa. que esse debate precisa ser feito também com o Estado; e eu não digo que não tenha de fazer com a União. Desses cerca de R\$68.000.000.000,00, o que está estimado de arrecadação, a transferência constitucional para os Municípios será da ordem de 15%, em torno de R\$10.803.000,00. Ou seja, os Municípios terão transferência de 15% do orçamento do Estado apenas. A concentração do recurso no Estado é percentualmente maior que a concentração que a União tem para com os Estados e Municípios, que, segundo dados apresentados pelo Presidente, é em torno de 70%. No caso do Estado com os Municípios, Deputados, a concentração é de 85%. Os Municípios recebem apenas 15% de transferência de recursos. Então, para se falar em pacto federativo, para se fazer pacto federativo, é preciso começar aqui no Estado. Não há aqui nenhuma proposta de se iniciar pacto federativo; pelo contrário, o Orçamento deste ano é de que 85% ficam no Estado e 15%, no Município.



Quando o Deputado João Leite vier aqui para falar do imperialismo federal, é bom que ele se lembre do imperialismo federal, ou, então, viram palavras ao vento, que não condizem com uma necessidade de se fazer, de fato, um pacto federativo. O pacto federativo precisa ser feito também entre Estado e Municípios. Ou não? Ou é só com a União? Então, eu repito dados: 85% concentram-se no Estado; a transferência constitucional para os Municípios é de 15%. Então, vão para os Municípios em torno de R\$10.000.000.000,00. Essa é uma primeira observação que gostaria de fazer sobre o Orçamento.

A segunda observação é em relação aos servidores públicos, o chamado choque de gestão. As despesas de pessoal e encargos alcançam o valor de R\$24.700.000.000,00. O crescimento das despesas de pessoal é menor que as demais despesas de custeio. Então, o custeio cresce mais que a despesa de pessoal. O governo não corta no custeio - também é bom falar dos outros, não é? O governo federal gasta muito, tem muitos Ministérios, tem um custo alto.

Sempre ouvimos: "Aqui não, temos a meritocracia do governo do Estado; aqui, em Minas, é o choque de gestão". Pois é, mas a meritocracia aqui é o choque de gestão no servidor, porque o custeio aumentou demais, e a despesa com o servidor de menos. Então o que tem aumentado, Deputado Carlos Pimenta, é o custeio. Esse tem aumentado. Muito custeio. Onde está o choque de gestão? Em cima do servidor é fácil fazer o choque de gestão. Estou dizendo isso com números. O Estado, então, está contendo as despesas de pessoal, sem conseguir gerenciar adequadamente o crescimento do custeio.

Os números estão aqui: despesas com pessoal e encargos alcançaram R\$24.700.000.000,00. O crescimento das despesas de pessoal é menor que as demais despesas de custeio. Outras despesas correntes incluem transferências aos Municípios, que devem passar de R\$20.300.000.000,00 para R\$23.400.000.000,00, 15,67% de variação. Então, são dados que estou colocando com números, a análise numérica do Orçamento.

Pois bem, Sr. Presidente, além do choque de gestão, falarei para V. Exa. uma crítica que fazemos e que vou reiterar aqui. O Senador Aécio Neves quebrou Minas. Sou obrigado a dizer que ele quebrou, e vou mostrar com os números. Aécio quebrou Minas. V. Exas. podem não gostar que eu repita muitas vezes, mas vou repetir de novo: Aécio quebrou Minas. Agora vou mostrar como ele quebrou Minas a partir do Orçamento. Metade do investimento previsto no Orçamento fiscal deverá provir de receitas de operação de crédito, R\$2.540.000.000,00, ou seja, empréstimo. Essa receita de operação de crédito, pasmem!, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, teve um crescimento de 817% em relação a 2012. Em compensação, a previsão de investimento com recurso do Tesouro cresceu apenas 3% - esse dado é importante. Crescimento, Deputada Maria Tereza Lara, de investimento com dinheiro do Estado: 3%, do ano que acaba agora, para a previsão do ano que vem. Mas, de empréstimo, o crescimento é de 817%. Foram esses empréstimos que fomos aprovando aqui. Será que, com esses empréstimos, o governo fará investimento? Esses 817%. E quem vai começar a pagar isso de que eu e o Deputado Sávio Souza Cruz sempre tratamos aqui? O próximo governo, em 2015, que terá, portanto, um custeio ainda maior do que se gasta com pessoal, e não terá condições de fechar o caixa. Então, o déficit zero é uma falácia, uma mentira, que serve até 2014, mas que, com o endividamento, é uma bomba que está sendo colocada para o próximo governo. Por isso Aécio quebrou Minas. Minas hoje vive de pedir dinheiro emprestado. Não fosse empréstimo, não haveria investimento no governo de Minas. O investimento vem de empréstimo feito, e esse empréstimo vem do governo federal.

Depois a base do governo vem aqui xingar a coitada da Dilma, pessoa tão boa, de coração enorme, mineira. Adora Minas, Belo Horizonte, nasceu aqui. Então, a Dilma, com esse coração bom, não deixará Minas Gerais, como Fernando Henrique fazia com Itamar. Vocês se lembram, venhamos e convenhamos. Tratar Minas mal era na época de Fernando Henrique com Itamar. Recolhia no caixa o dinheiro - plim-plim. A moeda nem caía, e o Fernando Henrique já levava para lá. Era assim que funcionava Minas Gerais. Nada, pão e água. E o Itamar brigando, falando da moratória. Vocês se lembram disso? Mas a Dilma está emprestando, depois a Assembleia Legislativa fará propaganda dizendo: dívida, que horror; quanto mais dívida, menos escola, menos saúde. E o governo faz dívida com o governo federal, só que para pagar em 2015. Então, está aqui o dado, que faço questão de repetir.

Em relação a 2012 para 2013, é de 817% a mais o que teremos de receita de operação de crédito. O custeio com base no Orçamento do Estado será apenas um investimento de 3%. Então, o investimento será todo do governo federal, de empréstimos que o governo do Estado está solicitando ao BNDES, que é parte da política do governo federal de investimento em todos os Estados para o Brasil não parar; por isso o Brasil crescerá os 5%.

Quero que essa lógica seja entendida, para depois não haver uma crítica injusta ao governo federal, que tem sustentado o crescimento do Brasil, inclusive o dos Estados, com seu investimento. Façamos justiça. Isso não é só para Minas, Deputado Duarte Bechir. Na questão do investimento dos Estados, de maneira geral, o governo federal tem arcado com o desenvolvimento dos Estados a partir dos empréstimos que são feitos a juros menores. Então, não são aqueles juros que o FMI e Fernando Henrique impunham aos Estados e que, aliás, aqui estamos criticando. Percebam a diferença de tratamento em relação a isso. É bom que fique claro de onde virá essa questão.

Quanto ao reajuste dos servidores, já lhes disse que será zero, porque cresce o custeio e não há previsão orçamentária para isso. O choque de gestão é feito, portanto, no servidor público. O custeio continua aumentando. Não há corte de custeio. Olha aí, Renata Vilhena, não há corte de custeio. Na verdade, o custeio está crescendo, e o arrocho está em cima do servidor. Onde está o choque de gestão, a meritocracia e a serenidade no trato da coisa pública? Ora, estamos querendo ver onde houve corte do custeio. Está havendo aumento do custeio. Essa é uma outra questão importante nos dados que apresentamos.

Pois bem. Agora chego às empresas estatais. Os investimentos do orçamento das empresas estatais são da ordem de R\$6,6 bilhões. Pasmem, Srs. Deputados e povo mineiro, olhem que dado importante. Deputada Liza Prado, que gosta de analisar a Cemig, teremos uma queda de 20% no investimento das empresas em relação a 2012. Deputado Dinis Pinheiro, as empresas investirão, em 2013, 20% a menos do que investiram este ano. A Cemig investirá menos. Por quê? Porque agora, a partir de uma mudança no seu estatuto, ela terá de passar pelo menos 50% do lucro para os acionistas, e o que sobra tem de ser 100% dos acionistas, se houver sobra no caixa a cada dois anos. Então, a Cemig não está investindo, ou seja, não está fazendo mais investimentos e os está trocando por dividendos e compra de ativos. Logo, o investimento é menor em Minas também nas empresas estatais. Quer dizer, investem menos 20%. Daqui a pouco concedo aparte à Deputada Liza Prado.

É importante que saibamos das empresas estatais por que também estão investindo menos em Minas. Essa política da Cemig é prejudicial não só para ela, mas também para o Estado, porque é menos recurso que entra aqui. Deputada Liza Prado, a Cemig compra ativos de fora e, ao mesmo tempo, repassa dividendos. Então, ela se afunda, e o serviço fica de pior qualidade, como disse o nosso querido Elismar Prado. Não podia deixar de fazer a análise dessa questão. A Andrade Gutierrez está dando as ordens e o comando na Cemig. Isso faz com que a nossa empresa invista menos em Minas Gerais.

Há também os números em tudo isso que estou dizendo. A queda foi de 20%. O recurso decorrente das atividades de operações de créditos contratadas diretamente pelas empresas foi de R\$529 milhões. Do total, 76,19% desses investimentos serão efetuados pela Cemig; 16,91%, pela Copasa; e 5,7%, pela Codemig. Essas são as empresas que farão o investimento – repito - 20% menor em relação ao deste ano. Portanto, menos investimento das empresas públicas. Ao contrário da Petrobras, que está aumentando o investimento no Brasil, o que é correto.

É muito dito aqui também que o governo federal faz gracinha com o chapéu dos outros. Já vi muito essa crítica. Quando pega o ITBI, diminui. É engraçado, não é? Aqui em Minas há um negócio que se chama renúncia fiscal. V. Exas. já viram isso. O Deputado Sávio Souza Cruz fala muito sobre esse assunto. Deputado Sargento Rodrigues, essa renúncia fiscal é decorrente de projetos que são enviados a esta Casa pelo governo – e o governo vai renunciando. Sabem quanto soma a renúncia decorrente de benefícios fiscais? Somam R\$3,97 bilhões, sendo R\$145 milhões concedidos a partir de 2012. Na verdade, um aumento de 17,6% em relação ao estimado para 2012.

A renúncia de receita já alcança 9,22% da receita tributária prevista. Quase a totalidade dessa renúncia impacta a receita do ICMS, o que acarreta, portanto, perda de R\$933 milhões para os Municípios do Estado. Nessa brincadeira, os Municípios perdem R\$993 milhões, ou seja, quando se faz a renúncia fiscal, o Estado faz gracinha com o chapéu dos Municípios, 25% do total, desconsiderando a ínfima participação da renúncia sobre o ITCD e os 50% de renúncia sobre o IPVA. Então, quando há renúncia fiscal, mais uma vez sofrem os Municípios, os que têm apenas 15% das transferências das receitas líquidas constitucionais do Estado.

Vou terminar, mas ainda preciso ressaltar dois pontos. A questão da saúde: este ano o governo cumpriu pela primeira vez, desde 2003, o mínimo constitucional de 12% para saúde. Quero parabenizar o governo por ter cumprido o mínimo constitucional, 12%, mas também quero parabenizar a bancada da Oposição, porque desde 2003 apresentamos emendas para que os 12% sejam cumpridos, mas o governo não cumpre isso, diz que não pode cumprir. No entanto, este ano, conseguimos fazer com que isso fosse cumprido, e está também previsto para o próximo ano o cumprimento dos 12% na saúde. Essa é a boa notícia para a saúde. Mas continua a dívida de mais de R\$7 bilhões que o Estado deve ao setor da saúde, desde o governo Aécio Neves até os dias de hoje.

Há também o caso mais emblemático, o da educação. Em seguida, concederei aparte à Deputada Liza Prado. No caso da educação, o governo não cumprirá novamente o mínimo constitucional. Agora, Deputados e Deputadas, não há mais desculpas. O que ele diz agora é que vai obedecer ao TAG, que é inconstitucional. O TAG é o termo assinado com o Tribunal de Contas, que diz ao governo que não precisa aplicar o que está na Constituição, que diz que são 25%. Entretanto, o governo diz que vai aplicar o montante de 23,96%, o que acarretará um déficit para o próximo ano de R\$364,5 milhões. A educação, portanto, de 2003 até o próximo ano, terá um déficit de aproximadamente R\$8 bilhões, que os governos Aécio e Anastasia devem à educação.

Tem solução essa questão da educação? Tem. Apresentamos uma emenda de bancada. Pedi destaque dessa emenda em que repassamos à educação esse valor de R\$364,5 milhões, porque depois podem dizer que não havia jeito de cumprir o mínimo constitucional. Tribunal de Contas, é fácil. Pega aqui com a Bancada do PT que ensinamos para vocês. Quero dizer a qualquer Conselheiro do Tribunal de Contas que tiver interesse que há uma forma simples de acatar os 25%: está aqui na emenda do PT. Se ela for aprovada hoje, teremos o cumprimento da Constituição. Se for rejeitada, o Tribunal de Contas tem uma forma fácil de obrigar o governo a fazer isso, que são as emendas que apresentamos. Sabem de onde tiramos? Da Reserva de Contingência. Tiramos esse valor da Reserva de Contingência e, com ele, conseguimos colocar os R\$645 milhões que faltam para a educação. Para quem tiver interesse, a emenda está aqui. Passamos R\$300 milhões para a Secretaria de Educação: R\$100 milhões para a manutenção e expansão do ensino fundamental, mais que o necessário; R\$100 milhões para o ensino fundamental de tempo integral e R\$100 milhões para manutenção e expansão do ensino médio; para a Uemg, R\$40 milhões e para a Unimontes, R\$25 milhões, totalizando R\$365 milhões, a parte que não está posta para a educação. Retiramos isso da Reserva de Contingência. Se os Deputados tiverem interesse, a emenda está aqui. Se a aprovarmos, teremos condições de aplicar os 25% na educação. Nesse caso, há falta de vontade.

Para terminar a parte da educação, faço o seguinte desafio positivo a todos os brasileiros e brasileiras.

A Presidenta Dilma editou uma medida provisória estabelecendo, necessariamente, que 100% dos “royalties” do pré-sal, que virão no futuro, que começarão a dar frutos provavelmente a partir do ano que vem ou daqui a dois anos, irão para a educação, distribuídos entre Estados, Municípios e União, na proporção justa que for definida pelo Congresso. E não mais aquele negócio de privilegiar Rio de Janeiro e Espírito Santo. O que vem do pré-sal... Deputada Maria Tereza, é importante dizer que isso só é possível porque não privatizamos a Petrobras e a parte do pré-sal é monopólio do Estado. Então, não há nenhuma parte fora da Petrobras, é monopólio, é tudo estatal. Esses recursos são repassados a Estados, Municípios e União, e esses três entes federados passam apenas para a educação. Essa é a medida provisória da Presidenta Dilma. Não tem nada a ver com a parte da medida provisória que deve estar sendo votada no Congresso. O veto deve estar sendo votado no Congresso Nacional hoje. Aliás, a Presidenta vetou muito por uma análise constitucional, um risco constitucional de, se por acaso não vetasse, ter, por parte de Governadores do Rio e do Espírito Santo, ações constitucionais que inviabilizassem a proposta. Mas o veto será derrubado.

Hoje conversei com o Líder do PT, Jilmar Tatto, que disse que o veto será derrubado, inclusive com a imensa maioria dos Deputados do PT e de todos os partidos, porque passou a ser uma questão regional. Na verdade, os Estados que querem que permaneça dessa forma são o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Houve também uma ajudazinha de um Senador, o chamado quarto Senador do Rio, o nosso querido Senador Aécio Neves, que, quando estava para ir para o Senado, deu um jeito de não votar nele. Todos se lembram que o Deputado Sávio Souza Cruz fez a denúncia. Mas, tirando isso, todo mundo prefere que se faça uma divisão não para os Estados produtores.



No caso do “royalty” para a educação, a disputa será feita com Prefeitos que tenham a visão de que precisam do recurso não na educação, mas para gastar como queiram. Teremos de fazer um convencimento desses Prefeitos, dos Deputados Federais e dos Senadores para que 100% do “royalty” vá para a educação. Será um grande debate que faremos, mas é uma oportunidade de ouro para alcançarmos, na educação, os 10% do PIB. Essas coisas não são tão simples como às vezes parecem. Falando assim, todo mundo concorda. Não. Tanto não concordam que o governo de Minas, agora, fez a opção de mandar para ser aprovado nesta Casa um Orçamento que não inclui sequer 25% para a educação, mas 23,96%.

Nesta semana, fiquei triste de ver o Prefeito reeleito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, entrar com uma proposta no STF para tornar sem efeito a lei orgânica do Município de Belo Horizonte, no que diz respeito aos 30% para a educação. É uma emenda antiga, de 1990. Quem a relatou foi o nosso querido ex-Ministro, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, quando era Vereador. Quem sugeriu ao Patrus que ampliássemos de 25% para 30%, na época, fui eu e o Vereador Fernando Cabral, que também foi Presidente do nosso querido Sind-UTE, Deputada Tereza. Como Vereadores, fizemos a proposta de passar de 25% para 30%, que foi acatada no relatório do Patrus e aprovada na Câmara. Isso ocorreu em 1990, e, 23 anos depois, o Prefeito questiona algo que funcionou tão bem, num momento em que a educação precisa de mais recurso, pois aumentou a rede. O Prefeito Lacerda, agora, foi ao Supremo pedir... Não, todos os Prefeitos aplicaram: Patrus, Pimental, Célio de Castro, enfim, todos. Agora, o Lacerda foi ao Supremo pedir para anular os 30%, para que pudesse fazer um investimento menor na educação. Então, a educação avança se houver vontade política. A Presidenta Dilma deu uma demonstração extraordinária disso, pois é uma mudança estrutural importantíssima, que é a mudança dos 100% do “royalty” para a educação. Agora, o governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte dão um exemplo contrário do que o Brasil deve continuar.

Deputada Liza Prado, já vou conceder-lhe aparte, mas isso é um pouco do resumo que faço do Orçamento.

Mas V. Exa. pode compreender desse resumo que o Brasil tem uma política de desenvolvimento, por isso o nosso Orçamento vai crescer uma média de 4% a 5%. Vimos também que há uma concentração muito grande de recurso na mão do Estado, em torno de 85%; que há um arrocho e um choque de gestão em cima do servidor público; que todo o desenvolvimento é feito a partir de investimento de empréstimo, e não de receita do Estado; que há uma queda de investimento das nossas estatais, especialmente da Cemig; e que há um descaso do governo com a educação. Faria esse resumo.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) – A Deputada Liza é sempre generosa e solícita. O Deputado Rogério Correia tem uma história de vida bonita, merecedora do nosso respeito. Mesmo, querido Deputado Rogério, diante das manifestações tão inconsistentes e frágeis, acho por bem, como Presidente deste Parlamento, como companheiro, como colega, como mineiro, fazer uma manifestação que até considero uma deferência a V. Exa.

Quando se fala da dívida dos Estados, em muitos momentos V. Exa. apresenta manifestação de contradição. Em alguns instantes, apoia essa repactuação, em outros instantes acha por bem repeli-la. Essa é a riqueza desse ambiente democrático que vivenciamos. Falo que esta Casa tem um Deputado que tem abrilhantado Minas com sua luz, com seu tirocínio, que é do PT e que tem desfraldado essa bandeira com muita altivez, que é o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Sempre falei, ao lado do Deputado Bonifácio Mourão, ao lado do Presidente Antônio Júlio, Deputados e Deputadas, que se trata de algo suprapartidário, uma questão de Estado, de Estados brasileiros. Entendo que essa é a compreensão maior da sociedade brasileira, que se trata realmente de algo inaceitável. De forma até incisiva, cheguei a falar que essa relação se configurava como uma relação de agiotagem, sobretudo quando, de forma muito clara e límpida, se vê que todos os Estados brasileiros, 25 Estados brasileiros que detêm essa relação contratual com a União, estão com as suas finanças estranguladas. Sejam eles, Deputada Maria Tereza Lara, PT, PSDB, PMDB, PTB e por aí afora.

Essa é a realidade. É o que procurei sempre retratar de forma muito isenta, mas muito vigorosa, republicana e responsável. E essa compreensão está conseguindo ser visualizada até nas ações da Presidenta Dilma, até nas ações do Congresso Nacional, uma discussão que foi abarcada por todos os setores da sociedade, pelos atores políticos mais relevantes da política brasileira, e no próprio Congresso Nacional, com discussões intensas e a criação de uma comissão de notáveis. Inclusive, Deputado Dalmo, essa comissão de notáveis culminou na análise clara e na convicção firme de que essa repactuação tem de ser feita.

Estou muito esperançoso. Pelo visto, a Presidenta Dilma também compreende essa necessidade dos Estados, e a sociedade brasileira está na iminência de ser contemplada com esse atendimento, que certamente é uma súplica do povo brasileiro. E, quando se fala em pacto federativo, também não vou olvidar, Deputado Rogério Correia, que é algo que tem de ser feito de forma imperiosa.

Sou filiado ao PSDB. No governo Fernando Henrique, já existia uma concentração muito firme, muito vigorosa no governo federal. Aliás, se revisitarmos a história, esse é um resquício da colônia, do império, e sempre se apresentou de forma muito latente. Com o governo Lula não foi diferente. Essa concentração aumentou, e agora, no governo Dilma, a concentração é ainda mais dura e mais perversa. Seja quem for o Presidente da República, haverei, com minha voz simples e singela, de combater isso, que, para mim, representa um malefício para o povo brasileiro. Sobretudo quando vivemos em uma república federativa, conforme se encontra assinalado na Constituição Federal.

E se olharmos para a questão da concentração tributária, da arrecadação tributária, Deputado Rogério Correia, veremos que, no governo Fernando Henrique, a carga tributária atingia aproximadamente 28%. No governo Lula, atingiu 34%. Agora, no governo da nossa Presidente Dilma, é de aproximadamente 37%. Ou seja, a carga tributária é cada dia mais dura, cada dia mais rigorosa.

Não adianta fechar os olhos à dura realidade. O PIB agora foi um verdadeiro fracasso, transformou-se num “pibinho”. Mesmo assim a máquina de arrecadar continua forte, continua vigorosa. Entendo, como mineiro, como homem público, como empregado dos mineiros, que algo tem de ser feito independentemente de quem venha a conduzir os destinos do povo brasileiro, num compromisso com a verdade, num compromisso com o que entendemos ser melhor, num compromisso que olha para o futuro não somente de Minas, mas também do Brasil.

Se fizermos, Deputado Rogério Correia, também uma análise depurada e mais aprofundada da saúde pública no Brasil, observaremos algo que nos causará espécie. Digo e afirmo: não reside nenhuma crítica ao partido “A” nem ao partido “B”. As autoridades políticas brasileiras ainda não fizeram os esforços necessários e suficientes para atenderem ao clamor e às transformações



que têm sido expressas em altos brados pelos brasileiros e brasileiras. Todos os esforços ainda foram insuficientes, não negando os avanços; todavia, temos de afirmar com muita clareza que hoje o Brasil investe na saúde menos que os países africanos. O Brasil hoje, quando se considera o quesito proporção, apresenta algo que nos causa estranheza. Cento e cinquenta países investem mais na saúde que o Brasil. Se fizermos uma reflexão, considerando o “per capita”, também a nossa alma ficará deprimida, porque 75 países investem na saúde “per capita” mais que o Brasil.

Entendo que essas mudanças tão clamadas pela sociedade brasileira têm de ser enfrentadas e superadas independentemente de partido. É algo de Estado, é algo da pátria brasileira. Quando se fala em pacto federativo, não há outro caminho, Deputado Rogério Correia. Se 70% dos recursos estão concentrados, 70% dos recursos de prerrogativas na União, na minha humilde e modesta opinião, não há outro caminho. O enfrentamento, a trincheira de luta, a nossa indignação de forma respeitosa tem de ser externada à União, porque é ela que conta com 70% de recursos. Os Estados contam com 20% de recursos; e os Municípios, tão somente com 10%. Sou um municipalista convicto. Não vejo outro caminho para dar melhores condições ao nosso povo e à nossa gente.

Sempre acreditei nisso, e a Presidenta Dilma sempre tem dito que temos de combater os malfeitos, que temos de prevenir os malfeitos. A administração tem de ser séria, correta, proba. Vejo nela realmente uma brasileira bem-intencionada. Ela é uma mulher correta, mas entendo que a gente tem de ter vontade política, e o melhor caminho para combater a corrupção é dar vez, dar voz, dar poder, dar prerrogativas aos Estados e sobretudo aos Municípios.

Outro dia alguns queridos colegas não me compreenderam bem. Disse, de forma espontânea e real, a meu ver, que a relação de Municípios com a União é uma relação muito difícil. Fui muito firme, numa solenidade que me deixou muito feliz, com a presença da grande brasileira Cármen Lúcia. Disse que os Municípios estavam vivenciando uma relação de escravidão com a União. Essa relação não se deu por obra do PT; ela sempre ocorreu e está ocorrendo agora com muito mais vigor. Cabe a cada um de nós, dotados de responsabilidades maiores, enfrentar esse problema. Se hoje aqui me encontro como Presidente do Parlamento por obra de V. Exas., tenho uma responsabilidade maior, que precisa ser desempenhada independentemente da cor partidária. V. Exa. precisa desempenhá-la da mesma forma, assim como o Senador Aécio Neves, o Governador Anastasia, a Presidenta Dilma. Estamos aqui para buscar a edificação de um Brasil melhor.

Só vamos conseguir atingir esse Brasil melhor, mais feliz e mais solidário, se realizarmos as nossas manifestações tão somente no campo da responsabilidade, sem paixão partidária, pensando no futuro, pensando na verdade e no compromisso com o bem. É desse modo que me encontro, como empregado dos mineiros. Creio que a Assembleia de Minas teve um papel sublime na questão da repactuação das dívidas e continua tendo. Estou muito esperançoso, esperançoso de verdade, Deputado Rogério. Creio que a Presidenta Dilma, o mais rápido possível, vai atestar a sua sensibilidade, determinando a repactuação das dívidas dos Estados.

Não se pode admitir que essa dívida de 25 Estados brasileiros, que há 13 anos perfazia aproximadamente R\$130.000.000.000,00, hoje atinja aproximadamente R\$400.000.000.000,00.

A meu ver, o Prefeito eleito Fernando Haddad, a Presidenta Dilma, os Ministros, os Governadores do PT, todos eles estão comungando desse nosso pensamento, desse planejamento e dessa nossa luta.

Quero ressaltar aqui o trabalho da Comissão Especial, que se debruçou, que se debruça, que debate e que viajou pelo Brasil. De forma especial, permitam-me reverenciar o trabalho sempre altivo, sempre responsável dos Deputados Bonifácio Mourão, Antônio Júlio e Adelmo Carneiro. Creio que vale a pena lutar. O brasileiro tem de externar a sua indignação. Todos aqui querem avançar, conseguir coisas boas para melhorar a vida dos brasileiros.

O governo Fernando Henrique avançou, o governo Lula teve uma sensibilidade encantadora, a Presidenta Dilma está com todo vigor querendo fazer, demonstrando seus atributos. É uma pessoa séria, uma pessoa proba, correta. Mas temos de enfrentar a realidade, ter compromisso com a verdade.

Todo o Brasil sabe que essa questão da revisão do pacto federativo talvez seja a bandeira mais importante, até diria imprescindível, para que o Brasil possa avançar mais e para que todos, indistintamente, os menos favorecidos ou os que tiveram maior sorte, possamos partilhar as riquezas e os sonhos deste intenso Brasil.

Quero devotar a V. Exa., Deputado Rogério, todo o carinho, todo o apreço. V. Exa. é um homem de luta, um homem digno, mas, neste momento, sobretudo quando cita o meu nome, sinto-me na obrigação de fazer algumas manifestações, todas elas eivadas de respeito e de cordialidade. Entendo que a questão da revisão do pacto federativo é algo abraçado e, certamente, abarcado por 90% dos atores políticos brasileiros, independentemente da origem partidária, independentemente da ideologia.

Desejo a V. Exa. uma conclusão feliz no seu pronunciamento e reafirmo a admiração que Dinis Pinheiro tem por V. Exa., que, realmente, é um guerreiro combativo e que está sempre pensando no próximo. Ficam registradas aqui essas manifestações, que considero importantes e que poderão trazer algo novo na manifestação de V. Exa. Desculpe-me da interrupção.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Presidente, pelo enriquecimento de nosso debate. É evidente que respeito a opinião de V. Exa. e acho difícil que também tenhamos uma separação da nossa coloração partidária com o pensamento que se expressa em relação a temas como esses. Sr. Presidente, V. Exa. tem evidentemente suas opções políticas e ideológicas, as quais eu respeito.

O caso, por exemplo, do pacto federativo pode ser analisado apenas, como V. Exa. tem analisado, de forma mais contundente, sobre a relação entre a União e os Estados e entre a União e os Municípios.

Pediria a V. Exa. que refletisse também sobre a relação entre Estados e Municípios. Nesse caso, a concentração ainda é maior: 85% para o Estado e 15% para os Municípios.

Nessa questão, não se fala da repactuação entre Estado e Municípios. Eu fazia a análise desse Orçamento. Ao falarmos de pacto federativo, é necessário falarmos também do pacto federativo entre o Estado de Minas e os Municípios, e aí o constitucionalmente repassado está em torno apenas de 15%. Isso para não dizer que os Municípios sofrem por não ter recursos para colocar gasolina nos carros das Polícias Civil e Militar e que a Emater não tem um funcionamento adequado; sem falar da crítica do que seria a função do Estado. Então, o Estado não tem funcionado para os Municípios, e essa crítica, a Assembleia Legislativa nunca a fez. Ela nunca



manifestou esse desejo. Por isso, em primeiro lugar quero discordar desse ponto de vista ou a vista que o Presidente faz de determinado ponto. Olham os Estados, a União e os Municípios, mas é preciso olhar os Estados e os Municípios.

A segunda questão diz respeito à repactuação da dívida. Também é necessário fazer essa repactuação – sou a favor de repactuar a dívida. Não sou a favor é de tentar jogar para o governo federal, especialmente para o governo do PT, a responsabilidade pela tragédia em que se encontra o Estado de Minas Gerais e da irresponsabilidade de um acordo feito entre o PSDB e o PSDB no passado. As dívidas contraídas agora - e a Assembleia Legislativa tem sinalizado favoravelmente aos empréstimos - são sempre feitas em conformidade com uma taxa de juros e com a realidade do Brasil. Não se faz, portanto, uma crítica ao que foi feito no passado. Essa visão daria a compreensão... E é isso que critico na Assembleia Legislativa, pois ela quer passar à sociedade que o grande problema de Minas é o fato de a União ter uma posição de carrasco com o Estado, especialmente do governo do PT. Ora, evidentemente que isso não é a realidade dos fatos. Mas é o cunho da propaganda que a Assembleia Legislativa faz e que tem notadamente caráter político-ideológico. Já falei dessa diferença ao Presidente, e várias vezes de público. Do meu ponto de vista, essa interpretação não é correta.

Em uma questão, concordamos. De fato, a situação de Minas é periclitante. Como o próprio Presidente disse, a situação é alarmante e de estrangulamento, por isso chegamos à conclusão de que Minas está quebrada. Foi o próprio Presidente que disse que a situação é de estrangulamento da dívida. Isso leva à compreensão dessa quebradeira sem responsabilidade, especialmente do governo do PSDB. Daí, sintetizo dizendo que Aécio quebrou Minas. Quando digo Aécio, refiro-me ao governo Aécio Neves, à estratégia tuana desses governos que levou Minas Gerais a essa situação de pré-falência.

Já termino. O Deputado Sargento Rodrigues está ansioso para que eu termine. Terminarei rapidamente, mas quero dizer que o orçamento comprova isso neste momento: praticamente todo o investimento de 2013 será feito quase que exclusivamente de empréstimos, e o que cresceu em relação a investimento do caixa do Estado foi apenas 3%. Todo o investimento de crescimento virá a partir de empréstimos feitos ao governo federal, àquele que, por muitas vezes, a base do governo chama de governo carrasco da Presidente Dilma. Não. Não é assim. É o governo bondoso, a mão caridosa da Presidenta Dilma que tão bem atende o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que solicitei a votação em bloco das emendas por dois motivos: primeiro, porque todas dizem respeito à aplicação dos 25% da educação. Segundo, para facilitar o trabalho dos nobres Deputados, pois são 13 emendas. Como elas têm o mesmo conteúdo, se fôssemos votar cada uma em separado, teríamos de fazer 13 votações com 13 encaminhamentos que eu faria em relação a elas. Então, peço a V. Exa. compreensão para votarmos em bloco, para que, assim, eu possa expor os motivos dessas emendas.

Na verdade, todas as emendas são da bancada do Partido dos Trabalhadores, referentes à aplicação de 25% para a educação. No entanto, mais uma vez o governo do Estado está prevendo não cumprir a Constituição em 2013. Na verdade, ele já não cumpre a Constituição desde 2003, na época, com o Governador Aécio Neves - hoje, Senador -, aquele que quebrou Minas. Tanto ele quanto o Governador Anastasia irão considerar os 25% na educação. Atualmente temos feito uma aplicação em torno de 20,5%, em média, na educação. Isso dá um “déficit” de mais de R\$7.500.000.000,00. Este ano, o “déficit” será de R\$365.000.000,00, caso seja aprovado da forma que o governo enviou. Por isso, realizamos as emendas.

Queremos mostrar aos Deputados que essa emenda é viável. Não é uma emenda fictícia, uma emenda impossível. Retiramos da reserva de contingência um determinado valor e aplicamos na educação da seguinte forma: R\$100.000.000,00 para manutenção e expansão do ensino fundamental, o que pode, Deputadas e Deputados, ajudar e muito na manutenção das escolas, pois muitas delas encontram-se em estado péssimo, apesar das propagandas do governo; R\$100.000.000,00 para o ensino fundamental de tempo integral. São poucas escolas de tempo integral. De fato elas existem em grande número nas propagandas, porque o que existe realmente são poucas escolas de ensino de tempo integral. Por essa razão, estamos destinando R\$100.000.000,00; os outros R\$100.000.000,00, para manutenção e expansão do ensino médio. Por exemplo, o governo poderia fazer um planejamento de escolas do Pronatec, mas não tem feito isso. Em nosso cálculo, as debilidades do ensino médio também são enormes no Estado. R\$40.000.000,00 para a Uemg. É pouco recurso, mas, pelo menos, são R\$40.000.000,00 para a Uemg; R\$25.000.000,00 para a Unimontes, que está precisando muito. Os Deputados aqui do Norte de Minas sabem disso. É pouquinho, mas já ajuda bastante.

Portanto, essas emendas são tiradas da reserva de contingência, no valor de R\$365.000.000,00, para que possamos ajudar a fazer com que 25% da educação, de fato, estejam no Orçamento.

Caso isso não aconteça, o Orçamento vai com a previsão do TAG, aquele TAG inconstitucional, que retira verba da educação por meio de um acordo assinado entre o Tribunal de Contas do Estado e o governo de Minas. O Ministério Público já entrou com uma ação de inconstitucionalidade sobre o TAG e ganhou a liminar, que foi derrubada. Mas ainda não foi visto o mérito, que certamente ganharemos, porque deixa de aplicar 25%. O governo agora confessa que não está aplicando esse percentual. Esperamos que o nosso Tribunal de Justiça ou, se for o caso, o STF não deixem passar em branco. Uma hora o Estado precisará arcar com essa diferença. Acho que estão apostando que isso vai demorar na Justiça e ficará para o próximo governo, que deverá também arcar com juros de dívida e com o endividamento crescente que o Estado tem feito.

Para que isso não aconteça, peço aos Deputados que votem favoravelmente à nossa emenda destacada para a educação. Aquele que votar favoravelmente a essa emenda estará sendo a favor de mais recursos para a Unimontes, para a Uemg, para o ensino médio e o fundamental. Peço, então, que sejamos favoráveis a esses setores do ensino, que estão hoje debilitados em relação a suas necessidades.

Dilma está fazendo sua parte: a Presidente propõe que 100% - e aqui termino – dos “royalties” da educação vão, por meio de medida provisória, para o sistema educacional de todo o Brasil, além da cota prevista na Constituição. Que o Estado de Minas Gerais cumpra pelo menos a sua parte, pelo menos os 25% constitucionais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

**RELATÓRIO****RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA – 2012**

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/189/732189.pdf>

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/12/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando Arlinda Freire França do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Guilherme de Oliveira Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Ronam Wesley Sales do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando Rosana de Fátima Barbosa do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas;
nomeando Arlinda Freire França para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Guilherme de Oliveira Santos para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Rosana de Fátima Barbosa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Bosco

exonerando Maria de Fátima Santos Reis do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

exonerando Arnei Pereira de Sousa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando Kátia Fernanda Souza Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Wesley da Silva Bento para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 19/12/2012, que nomeou José Carlos da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando Alexandre Moks do Carmo para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando Maurílio Oliveira de Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Jose da Silveira Brandao para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.